



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

EVA DINO DO NASCIMENTO SILVA

**A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
FOMETANDO NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**CAMPINA GRANDE – PB
FEVEREIRO/2014**

EVA DINO DO NASCIMENTO SILVA

**A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
FOMETANDO NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. CRISTIANE MARIA NEPOMUCENO

**CAMPINA GRANDE – PB
FEVEREIRO/2014**

S586q Silva, Eva Dino do Nascimento.
A questão étnico-racial na educação infantil [manuscrito] :
fomentando novas práticas pedagógicas / Eva Dino do Nascimento
Silva. - 2014.
79 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno,
Departamento de Filosofia".

1. Educação Infantil. 2. Ensino Fundamental. 3. Cultura
Afro-Brasileira. 4. Prática Pedagógica. I. Título.

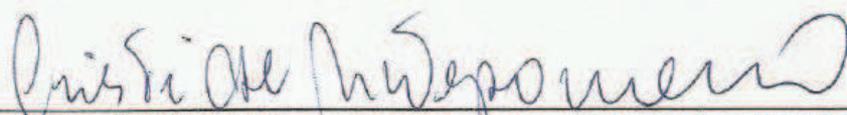
21. ed. CDD 372.011

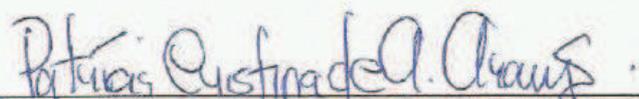
EVA DINO DO NASCIMENTO SILVA

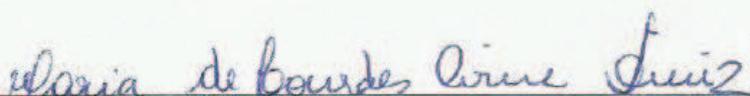
**A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
FOMETANDO NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado
ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena
em Pedagogia da Universidade Estadual da
Paraíba, em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 14 de Fevereiro de 2014.


Prof^a Dr^a. Cristiane Nepomuceno - Orientadora/UEPB


Prof. Dr^a. Patrícia Cristina Aragão - Examinadora/UEPB


Prof^a Ms^a. Maria de Lourdes Cirne - Examinadora/UEPB

DEDICATÓRIA

A Deus,

Senhor, obrigada porque sei que sempre estás presente em minha vida.

Agradeço-te por guiar os meus passos e sempre me ouvir, por estar comigo em cada momento de minha vida, nos momentos mais difíceis, como nas alegrias e conquistas. Obrigada por me

Amar!

A minha Mãe,

Dedico esse trabalho a você, por ser a pessoa mais importante para mim e a que me ensina os valores da vida, da honestidade, humildade e do amor. Obrigada por ser exemplo de mãe e me amar e se dedicar todos os dias para a minha felicidade. Amo você.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, em primeiro lugar pela minha aprovação no vestibular 2010, e por estar comigo em todos os lugares, situações e construção desse TCC.

À **minha Mãe** que sempre acreditou em mim, me deu força, me alimentou em todos os sentidos. Obrigada por todo o seu amor, e reclamações também.

À **meu Pai** mesmo dizendo que sempre fui uma aluna no 7,0 sempre esteve presente comigo (literalmente), na matrícula e até no meu primeiro dia de aula na UEPB me levando na sala de aula.

Aos “corredores” da Universidade por ter me mostrado e apresentado **Caio César** em meio à uma parede de timidez que existia, hoje meu noivo, que muito me ajudou com seus empurrões para a conclusão do TCC. Obrigada por me motivar todos os dias e mostrar que sou capaz. Obrigada por querer seguir os mesmos sonhos e estar sempre comigo.

Aos meus amigos de Cabedelo que sempre me incentivaram a fazer mais e mais um vestibular (**Priscilla e Rebecca**). Aos amigos que conquistei na cidade de Massaranduba e me ajudaram a suportar o medo do novo em uma cidade diferente e me levarem pra perto de Deus (**Patrícia, João e Jeane**). As meninas do fundão da sala que levarei ótimas lembranças do clube das AMIGAS: **Kênia, Bia, Jordânia Macêdo, Nice, Danielly, Suely, Érika e Carla**. Não podendo esquecer das arengas de **Epitácio** e **Vera** da Xerox. A alegria diária e os lanches de **Dilma** (Bacana Lanches). Muito Obrigada a todos.

A todos que acreditaram em mim no início dos estudos e os que me apoiaram até aqui. Serei eternamente grata à contribuição de vocês na minha formação.

À minha orientadora, professora **Cristiane Nepomuceno**, por me mostrar a beleza da Diversidade e da Cultura Afro-brasileira, a admiração que tenho por ela é enorme, merece todo o sucesso e toda minha gratidão.

Aos professores e funcionários da UEPB pelas atividades desenvolvidas durante todo curso.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FOTO I- Bandeiras Africanas	65
FOTO II- Palavras de origem Africana.....	65
FOTO III- A África está em nós.....	66
FOTO IV- Bruna e a Galinha D'angola.....	67
FOTO V- O cabelo de Lelê.....	68

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO I- Primeiros contatos com o tema: Relações étnicos-raciais.....	56
GRÁFICO II- Qual sua proximidade com a Lei Federal 10.639/03.....	58
GRÁFICO III- Frequência dos trabalhos com a cultura afro-brasileira.....	59
GRÁFICO IV- Onde encontram materiais para trabalhar com a questão racial.....	60
GRÁFICO V- Crianças com preconceito de pessoas negras.....	61
GRÁFICO VI- Comportamento das crianças nas atividades desenvolvidas em sala de aula.	62

LISTA DE FIGURA

FIGURA I- Bruna e a Galinha D'angola” e “Cabelo de Lelê.....	67
FIGURA II- Página do Livro O Cabelo de Lêle.....	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPITULO I	16
1. EDUCAÇÃO INFANTIL: HISTÓRICO, CONCEITOS E CONCEPÇÕES	16
1.1 - Breve Histórico.....	16
1.2 - Leis e Políticas que orientam.....	18
1.3 - Diretrizes, Parâmetros e Orientações Curriculares.....	20
1.4 - Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil.....	21
1.4.1 - Parâmetros Nacionais de qualidade para a Educação Infantil.....	24
1.5 - RCNEI	25
1.5.1 - 1º volume: Introdução.....	25
1.5.2 - 2º volume: Formação pessoal e social.....	27
1.5.3 - 3º volume: Conhecimento do mundo.....	29
1.6 - Educar para a diversidade: o paradigma educacional do século XXI.....	31
CAPITULO II	33
2. A EDUCAÇÃO INFANTIL APROXIMANDO-SE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL	33
2.1- A Diversidade na Educação Infantil: uma proposta pedagógica em construção.....	34
2.2 - Diversidade étnico-racial na escola: base legal.....	36
2.2.1 - LEI 10.639/63.....	38
2.2.2 - Resolução 01/2004.....	41
2.2.3 - Diretrizes Curriculares Nacionais para as relações étnico-raciais.....	42
2.3 - A educação étnico-racial: tratando o preconceito em sala de aula.....	45
2.3.1- O ensino de cultura afro-brasileira para a Educação Infantil.....	48
CAPITULO III	51
3. A PESQUISA: TIPOLOGIA, METODOLOGIA E PRÁTICA	51
3.1 - Tipologia e Metodologia da pesquisa.....	51
3.2 - Massaranduba: um breve panorama do sistema escolar.....	52

3.3 - Apresentando as escolas objeto da pesquisa.....	54
3.4 - Educação Étnico-Racial na infância: Relato de uma experiência.....	54
3.4.1 - Massaranduba: a educação étnico-racial em números.....	55
3.5 - Análise dos resultados.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIA.....	74
APÊNDICE.....	77

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de um estudo realizado em estabelecimentos de ensino da rede municipal de Massaranduba-PB (01 creche e 02 escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I) com o objetivo de observar como estava sendo trabalhada a proposta de Educação Étnico-Racial na Educação Infantil. Para tanto tomou como objeto de estudo as práticas pedagógicas de duas professoras que orientam-se por uma proposta educativa conectada com determinações da Lei 10.639/03: trabalham as questões étnico-raciais e a história e cultura das diferentes matrizes que formaram a sociedade brasileira. O ensino da cultura afro-brasileira na Educação Infantil é uma estratégia de ensino para que seja incorporada pelas crianças a atitude de aceitação do outro em suas diferenças, sabendo que as crianças da educação infantil já são capazes de tratar o outro com preconceito, o trabalho vem mostrar para os professores como é importante trabalhar com a cultura afro-brasileira na educação infantil. Sendo a Educação Infantil a primeira etapa da educação da criança, inserir a temática da educação étnico-racial desde cedo permitirá as mesmas assimilar conteúdo e práticas que leve as crianças a desenvolverem habilidades que as torne capazes de se relacionar com a diversidade sem preconceito, sem as tão comuns práticas de negação orientadas por atitudes de discriminação racial. A pesquisa pode ser considerada de caráter analítica descritiva com uma abordagem qualitativa, apoiada na Pesquisa Bibliográfica e Documental. Também pode ser considerada uma Pesquisa de Levantamento já que objetiva aprofundar o conhecimento e descrever a situação como existe. Os instrumentos utilizados para coleta de dados *in lócus*: questionário, entrevistas e observação apoiada no registro visual. Com os resultados da pesquisa esperamos contribuir para mostrar a importância de se trabalhar as questões étnico-raciais ao combate ao preconceito desde os anos iniciais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Educação Étnico-Racial. Cultura Afro-brasileira. Lei 10.639/03. Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

“A educação é um ato permanente, dizia Paulo Freire, (...) é um instrumento para a construção de uma sociedade anti-racista, que privilegia o ambiente escolar como um espaço fundamental no combate ao racismo e à discriminação racial.”

Ricardo Henriques¹

A proposta de educar para as relações étnico-raciais no Brasil aconteceu a partir de uma determinação legal (Lei 10.639/03) e destinada à todos os níveis da Educação Básica. É uma proposta de educação que objetiva promover o reconhecimento e valorização dos diversos grupos étnicos responsáveis pela formação da sociedade brasileira, dentre estes o negro como um dos grupos mais vitimados. Desse modo, a educação para as relações étnico-raciais concebe a escola como espaço fundamental de construção de uma sociedade de iguais, orientada pelo respeito ao outro em suas diferenças, orientada por uma prática pedagógica fundamentada no combate ao preconceito e à discriminação racial.

Considerando que a maioria da população brasileira nega a existência de racismo e preconceito em âmbito geral, imagine então em si tratando de admitir que entre as crianças estas práticas possam existir.

Desde muito cedo as crianças, quando mal orientadas, são capazes de agir com preconceito com seus colegas e com as demais pessoas. Razão pela qual a educação para as relações étnico-raciais é de grande importância desde os primeiros anos de existência. No caso da Educação Infantil, desenvolver atividades voltadas à valorização da cultura afro-brasileira ajudaria as crianças a se reconhecerem e se identificarem com a herança africana inserida em nossa sociedade, ao mesmo tempo que também contribuirá para o combate ao preconceito e a promoção de um bom relacionamento com as pessoas negras.

Diante disso, o presente trabalho tem como finalidade observar como as professoras junto aos estabelecimentos de Educação Infantil da cidade de Massaranduba-PB estão trabalhando a história e cultura afro-brasileira, e como é o relacionamento das crianças com a cultura afro, com os colegas e as pessoas negras.

¹ Ricardo Henriques é Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - MEC. Esse trecho faz parte da Apresentação do documento: “Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais” publicada pela SECAD em 2006.

A escolha do tema da diversidade étnico-racial deu-se, principalmente, pela afinidade com os estudos referentes à cultura afro-brasileira e africana. Outro aspecto que motivou o estudo do tema, além da necessidade de ampliar o conhecimento em torno do assunto, foi a percepção de que na faixa etária de 03 a 05 anos já observamos práticas de exclusão, principalmente pelo fato de serem negras. Cientes que muitas crianças são influenciadas pelo ambiente familiar, chegam às escolas cheias de preconceitos e estereótipos com as pessoas negras e, em consequência, apresentam tratamento diferenciado aos colegas negros. Assim, a dificuldade de enfrentar a questão do preconceito na sala de aula foi outro elemento que motivou o estudo.

A pesquisa pode ser considerada de caráter analítica descritiva com uma abordagem qualitativa, apoiada na Pesquisa Bibliográfica e Documental. Também pode ser considerada uma Pesquisa de Levantamento já que objetiva aprofundar o conhecimento e descrever a situação como existe. Tomamos como base a Pesquisa Bibliográfica a leitura de teóricos que tratam as questões mais importantes relativas a temática, tais como: MOREIRA, A.F. & CANDAU(2008), MUNANGA (2005) , além de outros. Na Pesquisa Documental dedicamos especial atenção aos documentos que orientam a inserção da temática étnico-racial na Educação Básica, a saber: Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais (2006), Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica (2004), Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil (2008), Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade cultural/Orientação sexual (2001), entre outros.

A pesquisa para o levantamento dos dados foi baseada em observações de três escolas da cidade de Massaranduba-PB que oferece Educação Infantil e, posteriormente, nas turmas das professoras que já realizavam atividades relacionadas ao objeto da pesquisa. Além da observação, foram aplicados questionários e entregue as professoras de Educação Infantil de 03 (três) estabelecimentos de ensino da cidade, além das conversas informais com as professoras selecionadas para a observação. Outra forma relevante de obtenção de dados foi o registro em fotografias dos trabalhos dos alunos, o que ajudou a dar ênfase ao objeto de estudo.

Para melhor apresentar os resultados obtidos com esse estudo dividimos esse trabalho em três capítulos: o 1º capítulo traz um breve histórico, as Leis e políticas que orientam a Educação Infantil. Também aborda as Diretrizes, Parâmetros e Orientações Curriculares que

contribuem com o trabalho dos professores na educação infantil, assim como o desafio de educar para a diversidade. O 2º capítulo traz a Diversidade como tema central, apresentando a Lei 10.639/03, a Diversidade Étnico-racial na escola tratando o preconceito em sala de aula, o trabalho com a Cultura Afro-brasileira na educação infantil. Em seguida, o 3º capítulo apresenta a metodologia e tipologia da pesquisa, quais foram os procedimentos que utilizamos para a realização da pesquisa e o resultado da pesquisa com as professoras dos estabelecimentos de educação infantil da cidade de Massaranduba-PB mostrando a proximidade e os distanciamentos com a Lei e, por fim, discute como as crianças da Educação Infantil se comportam diante o tema, assim como o relacionamento das mesmas com pessoas negras.

É um trabalho relevante visto pretender mostrar como os professores da Educação Infantil estão trabalhando com o ensino de história e cultura afro-brasileira e como lidam com o preconceito em sala de aula. A ideia é revelar que o trabalho com educação étnico-racial ajudará as crianças a reconhecer a diferença de cada um, proporcionando um aprendizado mais significativo, além de estabelecer uma aproximação com o outro, bem como um resgate histórico da nossa própria cultura.

1. EDUCAÇÃO INFANTIL: HISTÓRICO, CONCEITOS E CONCEPÇÕES

“As pesquisa sobre a história da educação infantil em nosso país, aos poucos, vêm aparecendo e ampliando o universo das análises. (...) São pesquisas que desbravam terrenos inexplorados no campo da história da educação, vulneráveis, portanto, aos tropeços e as críticas, mas abrindo espaço para estudos posteriores. (...)”

Moysés Kuhlmann Jr. (2007)

A educação infantil é uma modalidade de ensino que antecede o ensino fundamental, tem como principal objetivo a educação e o cuidado com as crianças da primeira infância. Inicialmente vista como assistencialista, hoje em dia é um direito de todas as crianças de até 05 anos de idade de frequentarem creches e pré-escolas e ter uma educação infantil de qualidade, respeitando a especificidade e individualidade de cada criança.

1.3 - Breve Histórico

O alemão Friedrich Froebel foi o fundador do jardim de infância, na Alemanha, em 1840, foi um dos primeiros educadores a ver a importância de se trabalhar desde o início a educação das crianças, essa educação na primeira infância que é indispensável, e tão decisiva para formação das pessoas.

Com as mudanças e evoluções da sociedade, foram aparecendo fatores para a criação de creches, jardins de infância e pré-escolas, um dos principais foi o início do trabalho feminino. Com isso um novo olhar foi voltado para as crianças da primeira infância, sendo esse fator social um dos principais elementos para a Educação Infantil. Com essa transformação social, de saída da mulher de casa para ocupar o mercado de trabalho, houve uma necessidade de suprir a educação familiar, nascendo assim às Creches e escolas de Educação Infantil, para atender as crianças no que diz respeito ao cuidar, já que não poderiam ficar em casa enquanto seus pais trabalhavam.

A criação de creches próximas às indústrias era uma forma de dar assistência às crianças, no período que suas mães trabalhavam, dando assim condições a classe operária de trabalhar. Como afirmava, Kuhlmann Jr. (1999) era uma medida defendida no quadro da

necessidade de criação de uma regulamentação das relações de trabalho, particularmente quanto ao trabalho feminino.

Sendo assim a Educação Infantil é uma contribuição de caráter complementar com a educação familiar. As creches de início eram apenas de caráter assistencialistas, destinadas ao cuidado das crianças mais carentes, apenas para guardá-las, não pensando em educa-las. Mais tarde surgiu no Brasil por meio a conflitos à ideia de Jardim de Infância, de influência Europeia, mas a elite não queria que o poder público fosse responsável pelo atendimento às crianças carente, diante de todas as discussões posteriormente foram criados os primeiro jardins de infância privado, para assim também assistir as crianças de classe alta, tomando também caráter pedagógico, assim com o objetivo de não apenas cuidar, mas educar. Kuhlman Jr.(1999) relata que as instituições pré-escolares foram difundidas internacionalmente a partir da segunda metade do século XIX, e no Brasil foram implantadas em meados do século XX.

No inicio a ideia de jardim de infância foi criticada por alguns por acreditarem serem salas de asilos, mas foram apoiados por outros por apostarem ser importante para o desenvolvimento das crianças, após essa aceitação as primeiras instituições de educação infantil (jardins de infância) foram criadas no Brasil, em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo.

Além de trabalho feminino outro fator foi marcante para a construção de creches e pré-escolas. Com a urbanização, industrialização, e a migração das pessoas das zonas rurais para a cidade à procura de emprego, o número de crianças também aumentou, com esse crescimento populacional, provocando um aumento na procura de instituições que tomam conta de crianças pequenas, assim a criação de novas creches e pré-escolas foi defendida por diversos segmentos sociais.

Com as lutas e mobilização dos movimentos sociais, movimento feminista, movimento dos trabalhadores, e outros, (1977- 1980) a Educação Infantil foi acrescentada a Constituição de 1988, e é um direito assegurado, com o intuito de atender nas creches e pré-escolas crianças de zero a seis anos, com a responsabilidade de cuidar e educar essas crianças, tornando a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, onde as crianças estão em fase de desenvolvimento, podendo ajudá-las na convivência com as demais crianças, criando uma socialização e familiarização com o meio que o cerca, possibilitando o aprimoramento de suas habilidades motoras, sócio e afetivas, fundamentais para a inteligência e personalidade. Sabendo que a criança é um ser completo com suas características próprias, a

escola deve proporcionar condições e bem-estar para que ela cresça e se desenvolva adequadamente, respeitando a especificidade de cada um. A pré-escola veio para suprir carências culturais e linguísticas das crianças carentes em educação, tendo a função preparatória para a formação pessoal, e como seres sociais, preparar para exercerem sua cidadania, como também prepara-las para atenderem as propostas das séries seguintes.

1.4 Leis e Políticas que orientam

Como está posto no Parâmetros Nacionais de Qualidade Para a Educação Infantil: “A Educação Infantil, embora tenha mais de um século de história como cuidado e educação extradomiciliar, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica” (BRASIL, 2006, p.7).

Assim como os adultos, as crianças possuem seus direitos específicos, entre eles, a liberdade, respeito, dignidade, e o direito à educação. A Educação no Brasil hoje é um direito assegurado pela constituição de 1988, que de acordo com o Capítulo III, Referente à Educação, mostra o dever do estado perante todos os níveis de ensino, enfatizando aqui a Educação Infantil, onde encontra-se escrito no Art.208, IV – o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.” Com o apoio e contribuição dos municípios, escrito no Art. 211, parágrafo 2º, a Seção sobre educação, determina que “os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e pré-escolar”. BRASIL. Constituição (1988).

Essa aceitação das creches e pré- escolas de Educação Infantil faz com que a sociedade veja com outros olhos esse ambiente, que era de cuidar, e agora também serve para educar essas crianças, sabendo-se que quando as crianças estão em contato com os demais, sua socialização, percepção, e suas habilidades são estimuladas e desenvolvidas mais facilmente, do que aquelas crianças que vivem presas em casa e até mesmo soltas nas ruas. Um ambiente escolar de Educação Infantil, trás o novo para a criança fazendo com que ela se aproxime do que é educação, ampliando o leque de oportunidades que lhe esperam nos anos seguintes de escolarização.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, onde as crianças estão em fase de desenvolvimento aprimorando suas habilidades, que são fundamentais para a inteligência e desenvolvimento da personalidade. As escolas de educação infantil devem

acolher, acompanhar e avaliar o desenvolvimento dessas crianças, com registros, para que assim possam ser promovidas para os anos seguintes, de acordo com a LDB Capítulo II da educação básica, Seção II da Educação Infantil :

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art.30 A educação infantil será oferecida em:
I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino Fundamental. (LDB, 1996, p. 8).

De acordo com o Conselho Nacional de Educação, com a Resolução nº 3, de Agosto de 2005, o ensino fundamental foi ampliado para 9 anos de duração, onde as crianças de 6 anos iniciaram o 1º ano do ensino fundamental. Sendo assim as creches e pré-escolas atenderam as crianças até os 5 anos de idade, as crianças de 0 à 3 anos em creches, e as crianças de 4 e 5 na pré-escola, no período diurno, em jornada integral ou parcial.

As vagas em instituições de educação infantil devem ser oferecidas próximas às residências das crianças, facilitando o acesso a todos a escola, as creches e pré-escolas devem oferecer em seus estabelecimentos condições necessárias para um bom funcionamento, em questão da estrutura, equipe técnica, e de atendimento as crianças e a seus familiares, sabendo que a educação infantil é de caráter complementar a educação familiar. Devem promover a igualdade de oportunidade para todas as crianças independentemente das classes sociais que elas pertencem, o direito a convivência com as outras crianças, o respeito, à liberdade, a boa alimentação, cuidados higiênicos, atividades lúdicas onde com o auxílio de brincadeiras as crianças possam aprender os conteúdos escolares como também os valores, aceitação e respeito ao próximo.

Atualmente as Leis que orientam o papel da educação para as crianças são: Constituição Brasileira (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – a Lei 8.069/90, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96. Todos tratam acerca do direito da criança em estar na escola, e obrigação do poder público em aceitar, assim como obrigação dos pais em matricula-las. Como diz o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Art. 55. “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.”

A Educação Infantil é o pontapé inicial para uma boa aprendizagem, para isso os conteúdos e métodos de ensino, o ambiente, tudo deve estar de acordo com a necessidade e a faixa etária de cada criança, possibilitando um melhor envolvimento e apropriação do que será ensinado. Para isso foram criados documentos oficiais que fazem esse papel de auxílio ao profissional da educação, dando as diretrizes e coordenadas para que a educação infantil faça o seu papel como realmente deve ser feito, acolhendo as crianças que às vezes chegam sem falar, ou andar, e contribuindo para que sejam crianças pensantes, prontas para viver em sociedade, e desenvolver desde cedo o papel de cidadão. Sendo assim a Educação Infantil é essencial para que as crianças possam chegar ao 1º ano do ensino fundamental, como crianças desenvolvidas, prontas para um novo passo na aprendizagem.

1.5 - Diretrizes, Parâmetros e Orientações Curriculares

A Educação Infantil ao longo de sua caminhada vem crescendo com relação aos direitos, assim como, com o reconhecimento, e valorização dessa prática. Cuidar, educar, auxiliar, estimular, acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças, são partes da prática do professor da educação infantil. Os cargos de professores da Educação Infantil devem ser ocupados por pessoas qualificadas para isso, com o ensino Normal, ou ter o ensino Superior em Pedagogia, e ser um profissional disposto a aprender a cada dia, novas propostas, novas técnicas e ensinamentos.

Quando falamos em Diretrizes, Parâmetros e Orientações curriculares nos referimos aos documentos oficiais, que estão ao dispor dos professores da Educação Infantil, como também dos professores dos outros níveis de ensino, com o papel de auxiliá-los, e facilitar o trabalho, um norteador para a prática educativa.

O MEC - Ministério da Educação, procurando contribuir para a melhoria da formação, e ajudando a conhecer o perfil das crianças, como, o que elas necessitam aprender em cada faixa etária, cria propostas educacionais, flexíveis e não obrigatórias para servir de auxílio aos professores e os estabelecimentos de Educação Infantil. Tentando melhorar a qualidade da educação infantil essas propostas mostram os objetivos, metodologias e eixos temáticos para cada área a ser trabalhado com as crianças, possibilitando uma aprendizagem mais eficaz.

1.4 - Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil

As Diretrizes Curriculares Nacionais foram inicialmente publicadas no ano de 1999 a fim de direcionar e estabelecer critérios para o ensino infantil com apenas quatro artigos. A Coordenação Geral de Educação Infantil do MEC junto com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através de estudos e debates sobre o currículo da Educação Infantil, sugeriram diversos documentos, entre eles as Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica criada em 2009, como relata o artigo 15 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2010), sobre o Processo de Concepção e Elaboração das Diretrizes:

A proposta do MEC foi apresentada pela professora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária de Educação Básica do MEC, na reunião ordinária do mês de julho de 2009, da Câmara de Educação Básica. Nessa ocasião foi designada a comissão que se encarregaria de elaborar novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, presidida pelo Conselheiro Cesar Callegari e tendo como relator o Conselheiro Raimundo Moacir Mendes Feitosa (BRASIL, 2010, p. 34).

Com isso houve a necessidade de uma reformulação e atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil, com a participação de diversas entidades nacionais, Especialistas na Educação Infantil, grupos de pesquisa e pesquisadores, conselheiros tutelares, Ministério Público, sindicatos, secretários e conselheiros municipais de educação, como também a colaboração de diversas universidades do Brasil. O Ministério da Educação (MEC), com a Resolução de nº 5, de 17 de dezembro de 2009, Fixa as Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Buscando reforçar o direito da criança da primeira infância a ter uma educação escolar, trás discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de quatro e cinco anos. O documento tem como objetivos, uma organização de propostas pedagógicas na Educação Infantil, orientar as políticas públicas, a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação.

As Diretrizes adotam algumas definições como: Educação Infantil, Criança, Currículo, Proposta Pedagógica, mostrando qual seu posicionamento diante esses temas, vendo a Educação Infantil como um direito das crianças até os 5 ano de idade, no estabelecimentos de ensino públicos ou privados, para que sejam cuidados e educados. Sabendo que a criança é um ser de identidade própria e em fase de desenvolvimento, que deseja aprender com a

imaginação, brincadeiras, fantasias, experimentarem o novo, questionar e construir sentidos busca um currículo que promova o desenvolvimento integral dessas crianças, com práticas que possam articular o conhecimento prévio com o que será ensinado, que as experiências das crianças sejam aproveitadas nas práticas do cotidiano escolar, um conjunto de saberes que quando bem articulados possam produzir conhecimentos culturais, ambientais, artísticos, científico, tecnológicos. O PPP (Projeto Político Pedagógico) é um plano de ações, e orientador onde as instituições definem metas a serem cumpridas, com relação à aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, que é elaborado desde a direção da instituição, com a participação dos professores e de toda comunidade escolar (pais e responsáveis). Se tratando da Proposta pedagógica para a Educação infantil, as diretrizes afirmam que devem ser cumpridas ações sociopolítica e pedagógica, que ofereçam condições necessárias para que as crianças possam usufruir dos seus direitos, complementando a educação e o cuidado, contribuindo para um bom relacionamento com os demais assim como a ampliação dos conhecimentos, promover igualdades de direitos, e mostrando que mesmo com a diferença das classes sociais somos todos iguais, e com isso educando para a diversidade de saberes.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as propostas pedagógicas devem respeitar alguns princípios, como citado na pág. 16 sobre os princípios:

- ✓ Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- ✓ Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- ✓ Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

Com o objetivo de garantir a ética entre o ambiente de trabalho e entre as crianças, estabelecer uma aproximação e mostrar relação de respeito com o diferente, fazendo com que desde pequenas as crianças conheçam e respeitem a diferença no outro, como um meio de afastar o preconceito e a violência com as diversas culturas, sejam africana, indígena ou até mesmo a diferença de regiões como o caso de crianças quem são do campo, e se comportam de forma diferente. A proposta pedagógica para as crianças indígenas, crianças do campo, filhas de pescadores, ribeirinhos e crianças de diferentes comunidades e seguimentos, devem ser respeitadas de acordo com a especificidade de cada um, adéqua o calendário, reconhecer o

modo de vida, conhecer as tradições, promover atividades referente à cultura de cada um, mostrando a valorização e estabelecendo o respeito entre elas.

A organização do espaço/ambiente para a Educação Infantil deve ter como prioridade no ambiente o cuidado, locais seguros para que as crianças possam ter um bom processo educativo, onde as atividades motoras sejam desenvolvidas com segurança. A acessibilidade tanto do deslocamento entre os ambientes, como espaços, materiais, objetos, e brinquedos, devem ser adequados para faixa etária de cada um, tudo isso para que haja uma boa prática pedagógica na Educação Infantil. As Práticas Pedagógicas de Educação Infantil devem ter como eixos as interações e as brincadeiras, promovendo o conhecimento de si e do mundo não esquecendo o ritmo e o desejo de cada criança, favorecendo diferentes formas de linguagens, e expressões, verbais, dramáticas, plásticas e musicais, buscando sempre a interação oral e escrita. Os professores da Educação Infantil em sua prática devem sempre buscar atividades que envolvam a participação e integração das crianças, seja individual ou coletivamente, promovendo autonomia, estimular sempre a curiosidade o questionamento, assim ampliando o conhecimento de cada um. Possibilitar interação com diversos métodos de trabalho com a utilização de equipamentos tecnológicos como televisão, som, computadores, máquinas fotográficas. Como a educação Infantil esta muito ligada ao cuidar, sempre reforçar o cuidado pessoal, higiene, auto-organização, saúde e bem-estar.

A forma de avaliação na Educação Infantil se dá na observação diária das atividades realizadas pelas crianças, no desenvolvimento das habilidades do cotidiano, da interação nas brincadeiras, onde esses processos de desenvolvimentos serão registrados em relatórios e serão documentos oficiais de comprovação de aprendizagem. Não há retenção das crianças na Educação Infantil, apenas é visto a potencialidades de cada individuo, sem antecipação dos conteúdos que serão trabalhados no Ensino fundamental, a transição para o Ensino Fundamental é feita logo após os 6 ano de idade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil (2010) tem esse papel de organizar e deixar estabelecido o seu posicionamento aos temas acima citados, deixando claro o objetivo da Educação Infantil, que é não separar o cuidado da Educação Infantil, e valorizar cada criança como um cidadão de direitos.

1.4.1 - Parâmetros Nacionais de qualidade para a Educação Infantil

Lançados no ano de 2006, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil foram criados pelo Ministério da Educação (MEC), com parceria de diversos órgãos: Secretaria de Educação Básica, Coordenação Geral de Educação Infantil, Departamento de Políticas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Distribuídos em Volumes 1 e 2, os Parâmetros tem como objetivo contribuir para um processo democrático de implementação das políticas públicas para a Educação Infantil, contribuindo como referência para a organização e o funcionamento dos sistemas de ensino, como melhoria da qualidade da Educação Infantil.

O primeiro volume como citado na apresentação do documento pág. 9 “aborda aspectos relevantes para a definição de parâmetros de qualidade para a Educação Infantil no país,” como também mostra as concepções de criança, educação infantil e pedagogia, trás no segundo capítulo observações de debates sobre a qualidade da Educação e da Educação infantil, no terceiro capítulo traz os resultados de pesquisas e no quarto capítulo fala sobre a qualidade na perspectiva da legislação e da atuação dos órgãos oficiais no Brasil. Já no segundo volume aponta as competências dos sistemas de ensino, a nível federal, estadual e municipal, as características das instituições de Educação Infantil no Brasil, e os Parâmetros Nacionais de Qualidade Para as Instituições de Educação Infantil.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para as Instituições de Educação Infantil, com o desejo de estabelecer um referencial nacional, busca definir padrões de qualidade para a Educação Infantil de todo país. Relacionado ao processo educativo os Parâmetros apresentam as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil que contemplam princípios éticos, políticos e estéticos, propõe práticas de cuidado e educação, buscando sempre a autonomia, e promovendo a inclusão do direito as crianças ditas normais e as crianças com deficiência, como citado também nas Diretrizes Curriculares.

Quanto à gestão das instituições de Educação Infantil, estabelece o horário de funcionamento em período parcial ou integral, com profissionais competentes nos cargos de direção, administração, coordenação pedagógica ou coordenação- geral. Os gestores juntamente com os professores e professoras de educação infantil devem realizar um trabalho em parceria e de confiança, para que sejam dadas as crianças uma educação de qualidade. Outros profissionais são indispensáveis ao relacionarmos a qualidade da educação infantil como os profissionais que trabalham na cozinha, na limpeza, e na secretaria. Com relação à

infraestrutura das instituições de Educação Infantil, devem conter espaços organizados próprios para o atendimento às crianças, atendendo as questões de alimentação, higiene e saúde, disponibilizando materiais e equipamentos necessários para o cuidado e a aprendizagem das crianças, como também espaços para atender as famílias e a comunidade.

Buscado garantir o direito das crianças à educação que possibilite o seu desenvolvimento nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, assim, promovendo uma Educação Infantil de qualidade.

1.5 - RCNEI

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI é um documento voltado especificamente para a Educação Infantil, ele é parte integrante da série de documentos Parâmetros Curriculares Nacionais. Produzido pelo MEC, como os outros documentos acima citados, o RCNEI foi Publicado em 1998 e enviados a todas as escolas do Brasil, o Referencial é destinado aos professores de educação infantil, com uma proposta aberta e não obrigatória, tem como objetivo auxiliar o processo educativo, buscando uma ação integrada entre cuidado, educação e as brincadeiras, e servir de reflexão de caráter educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas, respeitando os estilos e a diversidade cultural brasileira. A organização do referencial é de caráter instrumental e didático, onde o profissional de educação infantil tem um norteador, possibilitando um guia que complemente o seu trabalho no dia a dia. O RCNEI é organizado em três volumes: Introdução; Formação pessoal e social e Conhecimento do mundo.

1.5.1 - 1º volume: Introdução

No primeiro volume o de Introdução, fala sobre as características do Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil, que trás princípios que possam contribuir para o exercício da cidadania, respeitando os direitos das crianças, faz algumas considerações sobre creches e pré-escolas, apresenta conceitos referentes à área da Educação Infantil como: criança, educar, cuidar, brincar, aprender em situações orientadas. Relata o direito da educação de crianças com necessidades especiais, e o perfil profissional da educação infantil.

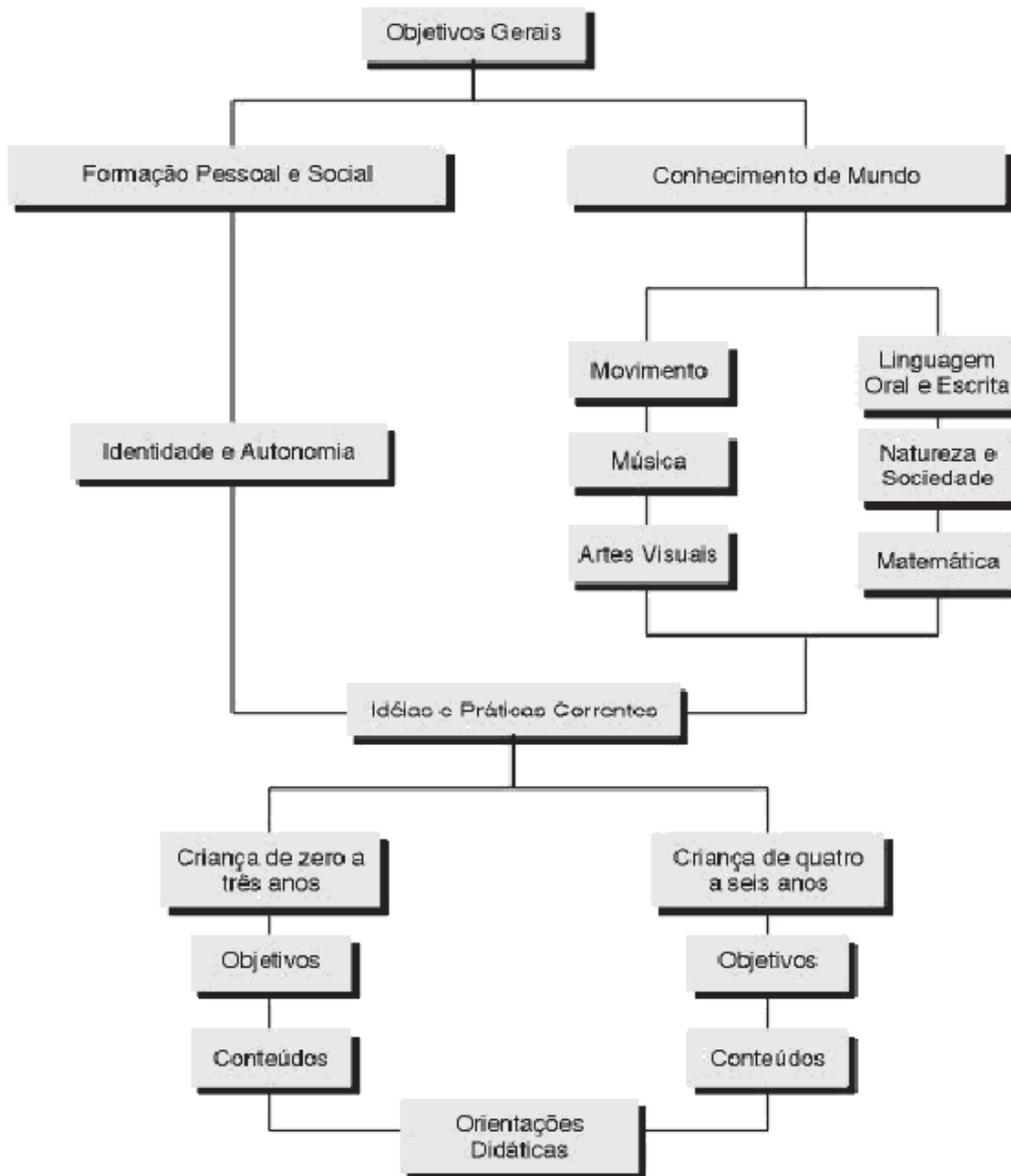
A Organização do Referencial Curricular Nacional para a educação infantil nesse primeiro volume estabelece de início uma organização por idade, onde as crianças de 0 a 3 anos estarão nas creches e as de 4 a 6 na pré-escola; por eixos de trabalho, procurando

objetivos e conteúdos que estejam de acordo com a capacidade e as necessidades das crianças; mostra a importância da orientação didática onde a intervenção do professor possa ser de ajuda educacional ou de cuidado podendo ser uma interferência educativa e bem acolhida pela criança; como orientações voltadas a organizações do tempo, dos espaços e dos materiais, podendo também fazer parte do processo educativo. Acolhe os projetos de trabalho como uma proposta complementar e que estejam de acordo com os eixos temáticos trabalhados, possibilitando novos conhecimentos e trazendo temas de interesse das crianças. A observação e o registro são principais instrumentos para a prática avaliativa na educação infantil.

Mais adiante, o Referencial trás os objetivos gerais da educação infantil, organizados de forma que as crianças possam desenvolver certas capacidades como: atuar de forma independente, descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social, observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, brincar, expressar emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades, utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita), conhecer algumas manifestações culturais valorizando a diversidade.

Ao falar das instituições, ele trás esclarecimentos desde as condições internas e externas das instituições, onde fala do ambiente institucional, dos recursos materiais, espaço físico, acessibilidade dos materiais e as condições estruturais de um bom funcionamento, onde a qualidade dos mesmos são elementos essenciais para um bom processo educativo. Quanto ao projeto educativo ele deve favorecer a qualidade de critérios que possibilitem o desenvolvimento das crianças, para isso são divididos grupos por faixa etária para uma melhor formação, como também uma atenção à família, respeitando as diferentes estruturas familiares compostas em nossa sociedade, assim como o respeito às diferentes culturas. Por fim o primeiro volume do Referencial mostra como as crianças dever ser tratadas desde os primeiros dias de aulas, no acolhimento à criança e a família e o relacionamento família/escola. Nas ultimas paginas de cada volume trás um mapa da estrutura do conjunto dos 3 materiais.

Estrutura do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil



Fonte: BRASIL, 1998, Vol. I, p.85.

1.5.2 - 2º volume: Formação pessoal e social

Nesse segundo volume contempla os processos de construção da identidade e autonomia das crianças, mostrando o processo de formação pessoal e social, onde desde cedo esses processos acontecem de acordo com que as crianças vão se interagindo com o meio em que o cerca, como também no relacionamento com as crianças e adultos, podendo assim, conhecer as diferenças que existem em nosso meio.

A identidade em primeiro passo se dá a partir do nome, dos aspectos físicos e sociais, com um processo de construção gradativo vai havendo um desenvolvimento de características próprias onde à convivência com a família e diferentes grupos como grupos étnicos, religiosos, e culturais fazem com que uma criança comece a perceber as diferenças que existem entre as demais. O trabalho com essas diferenças possibilitam que as crianças tenham uma aceitação aos demais, como também a si mesmo, esse reconhecimento do diferente permite que as crianças associem e reflitam, assim sendo capazes de conhecer as características dos outros e desenvolvendo sua autonomia.

A autonomia é um processo de amadurecimento onde cada criança cresce e vai se tornando capaz de tomar suas próprias decisões, dando-se conta das regras e valores já estabelecidos pelos adultos. Sabendo que as crianças desde cedo são pessoas de vontades próprias, a valorização e a educação para a autonomia é feito de maneira que as crianças possam compreender as possibilidades dessas vontades próprias serem atendidas ou não, negociadas, ou adaptadas às diversas situações, mostrando que somos cidadãos de direitos, essa educação para a autonomia é voltada para ensinar as crianças a lutarem por seus direitos. Quando essa autonomia for trabalhada de forma a acrescentar nas escolhas feitas pelas crianças esse processo de amadurecimento é bem mais disciplinado, se construídos em cima de valores.

O Referencial mostra que a aprendizagem nas crianças é feita em conjunto, todas as crianças aprendem a partir do momento que começam a se relacionar com os outros, sejam crianças ou adultos, essa interação com os demais trás possibilidades de uma aprendizagem em troca onde um aprende com o outro, como também com os recursos dessas trocas. “Dentre os recursos que as crianças utilizam, destacam-se a imitação, o faz-de-conta, a oposição, a linguagem e a apropriação da imagem corporal.” (BRASIL, 1998, p.21).

Voltando o olhar para os objetivos e os conteúdos da educação infantil eles são divididos de acordo com a faixa etária das crianças trazendo uma distinção entre as crianças de zero a três anos e as crianças de quatro a seis, o referencial trás objetivos e conteúdos que garantam a confiança e a segurança e que possibilitem as crianças a se relacionarem buscando sempre a autonomia, conhecer seus limites, os cuidados com o seu corpo, expressar seus desejos, vontades e o direito de brincar, sendo esses sempre aprofundados, garantindo uma melhor apropriação dos conteúdos e das habilidades neles presentes, o referencial vem trazendo também orientações didáticas necessárias para um bom direcionamento desses conteúdos.

No final do segundo volume do referencial apresenta Orientações gerais para o professor, com relação à organização do tempo, atividades, projetos e avaliação, mostrando também aos professores da educação infantil como é importante uma relação sincera, de segurança e confiança para com as crianças, possibilitando assim um bom relacionamento, participando de todo seu caminhar desde as atividades, brincadeiras, cuidado, e alimentação. Como todas as crianças precisam de cuidados nas creches e pré-escolas esses cuidados devem favorecer a proteção, e os cuidados necessários de higiene, alimentação, como o bem-estar durante o período em que as crianças permanecem na instituição.

1.5.3 - 3º volume: Conhecimento do mundo

O terceiro e último volume do Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil apresenta um diferencial com relação aos dois primeiros volumes, ele apresenta seis eixos temáticos: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática. Expõe uma divisão relacionando os eixos aos objetivos e conteúdos modificados por idade, e apresentando orientações gerais para o professor. Expõe também as finalidades de se trabalhar esses temas na educação infantil.

O **Movimento** apresentado como o primeiro eixo do RCNEI 3 fala sobre a importância de se trabalhar com essa linguagem corporal. Ao brincar, dançar, correr, pular, rolar, lançar objetos, sentar, levantar, as crianças vão conhecendo seus limites e suas potencialidades, a relação de interação com o ambiente que ela vive, assim como ajudando a se expressar para os indivíduos que os cercam. Devendo-se levar em conta as situações do dia a dia (gestos, expressões, postura), como também o trabalho com o equilíbrio e a coordenação, sendo aperfeiçoadas a cada dia as habilidades motoras das crianças.

Logo em seguida o Referencial exibe a **Música** como uma forma de expressão e comunicação, de sentimentos, desejos e pensamentos. A música está presente em todo o nosso dia, e através da fala ou do silêncio podemos nos relacionar com os outros, interagir a música no contexto escolar e nas atividades, “Tem sido, em muitos casos, suporte para atender a vários propósitos, como a formação de hábitos, atitudes e comportamentos: lavar as mãos antes do lanche, escovar os dentes, respeitar o farol etc.” (BRASIL, 1998, p.47). Presente também nas brincadeiras, manifestações culturais e datas comemorativas a música é uma maneira de deixar a criança com a sensação de bem estar e acolhida, como possibilita um desenvolvimento das expressões e uma forma das crianças interagirem com os demais.

As Artes Visuais assim como a música são linguagens importantes no contexto da educação infantil, a partir do momento que as crianças conhecem as cores e começam a fazer seus rabiscos isso mostra como as crianças são capazes de perceber as coisas ao seu redor e tentar reproduzi-las, quando os professores da educação infantil estimulam as crianças através da apreciação e motivação essa experiência artística flui como uma resposta de identificação ou não com o que foi exposto. Cada momento do fazer artístico tem um significado para a criança, essa reflexão do que foi criado mostra a capacidade do desenvolvimento da imaginação e do reconhecimento artístico da criança.

As Artes Visuais expressam, comunicam e atribuem sentido a sensações, sentimentos, pensamentos e realidade por meio da organização de linhas, formas, pontos, tanto bidimensional como tridimensional, além de volume, espaço, cor e luz na pintura, no desenho, na escultura, na gravura, na arquitetura, nos brinquedos, bordados, entalhes etc. (BRASIL, 1998, p. 85).

Ao expor a **Linguagem Oral e Escrita** o referencial mostra como é importante o desenvolvimento inicialmente da fala, onde muitas crianças estão em uma fase onde as primeiras palavras estão surgindo, o ambiente das creches e pré-escolas é de acolher, ouvir, e utilizar do diálogo para que as palavras possam ser aprimoradas, como também o uso de atividades de leitura onde a partir do momento que as crianças ouvem as histórias infantis elas possam começar a entender o que está sendo lido, deixando sempre que elas interfiram nas histórias com seus próprios pensamentos e questionamentos, daí passar para a linguagem escrita trata-se de ampliar o desenvolvimento fazendo que seja um processo gradativo aonde as crianças vão desenvolvendo a fala, o ouvir, até começar a identificar as letras, ler e posteriormente iniciar as primeiras palavras escritas, que geralmente é a escrita do seu próprio nome.

Apresentando o eixo **Natureza e Sociedade**, o RCNEI fala que cada criança tem uma experiência de mundo de acordo com o meio social em que ela está inserida, sendo assim os conteúdos dispostos nesse eixo devem ter um significado para suprir as necessidades da criança. A curiosidade das crianças é uma forma de instigar e mostrar novos conhecimentos e experiências, as diferenças entre as pessoas, animais, plantas, lugares, das quais elas já conhecem. Ensinando noções de higiene pessoal, educando-os também com relação a datas comemorativas, noções de história e geografia, construindo uma relação homem/natureza, onde as crianças cresçam aprendendo a respeitar, a natureza e o homem.

A **Matemática**, os conhecimentos matemáticos fazem parte da nossa vida, assim como da vida das crianças, o estudo da matemática na educação infantil vem acompanhando

uma necessidade social. Nosso cotidiano como o das crianças vem cercado por número, como data de aniversários, número de telefone, da casa, e esse conhecimento disponibilizado desde a infância facilita a organização, como também ajuda as crianças a resolverem situações do nosso cotidiano, e interesses manifestados pelas próprias crianças. Os conteúdos matemáticos na educação infantil podem ser feitos nas brincadeiras de contagem, identificação dos números, identificação e comparação de quantidade, tamanhos, formas, levando sempre em conta o cotidiano das crianças, e ajudando-as a pensar por conta própria e resolver problemas.

1.6 - Educar para a diversidade: o paradigma educacional do século XXI

Pensando-se sempre no bem-estar das crianças, a educação infantil vem para dar um suporte no desenvolvimento, e ajudar as crianças a serem cidadãos corretos, criativos, pensantes e livres de preconceitos. Sendo assim, um novo passo dado no que diz respeito à educação das crianças é a proposta desafiadora de levar a educação étnico-racial para todos, no caso para as crianças, que desde pequenas já precisam ter orientações para manter um bom relacionamento com as demais crianças e com todas as pessoas ao seu redor.

Sabendo que o Brasil é um país Multicultural, a educação para a diversidade se faz necessário, pois o Multiculturalismo descreve essa diversidade de culturas que constitui o nosso país, essa nova proposta educacional, de levar as questões culturais e sociais de nossa sociedade para a sala de aula, é hoje chamada de Interculturalismo, onde a maior intenção é promover uma interação entre as diferentes culturas integradas em nossa sociedade, e principalmente na escola, um espaço de cruzamento de culturas, onde o convívio e os relacionamentos são tão marcantes. Essa é uma forma de manter uma relação de respeito entre as diferentes culturas, e vem com toda força para ajudar a combater o preconceito nas escolas, mantendo uma relação inseparável entre educação, cultura e as diferenças.

A escola sempre teve dificuldades em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneidade e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar. (CANDAUI, 2003, p. 161)

Buscando compreender a pluralidade cultural de nosso país, a diversidade na educação vem para além de promover uma relação de respeito, manter o direito de igualdade para todos independente do seguimento cultural, assim como, manter um relacionamento onde todos possam conviver e valorizar as diferentes culturas integradas na sociedade Brasileira.

Conhecendo a história da população Brasileira marcada por profundos preconceitos, e sempre visto como um país sem diferenças, esse resgate cultural na escola é de fundamental importância para mostrar as crianças que as diferenças existem sim e precisam ser aceitas, e não mais excluídas como vinham sendo, especialmente nas questões étnicas.

Estes processos também se dão no contexto escolar e as questões de discriminação e racismo assumem diversas manifestações. A interação entre os diferentes está muitas vezes marcada por situações de conflito, de negação e exclusão, que podem chegar a diversas formas de violência. (CANDAUI, 2008, p 31)

O maior e melhor exemplo para combater preconceitos, a violência, e afastar as diferenças existentes no âmbito escolar, é uma Educação voltada para a Diversidade, onde a valorização, a tolerância e o respeito possam ser adquiridos desde cedo. Sabendo que essa é uma proposta para aprimorar o currículo da educação infantil, esse novo passo vem para dar uma visão aberta e sem preconceito para que as crianças cresçam com valores, e assumam um papel de cidadãos pensantes e de respeito. Assim, tendo a Educação para a Diversidade como um novo modelo de educação para o século XXI.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL APROXIMANDO-SE DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

“O papel da Educação Infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos etnicorraciais para a história e a cultura brasileiras.” (Grifo autora).

Brasil (2009, p. 45)²

Diversidade é um conceito muito amplo e está ligado ao diferente, ao que é diverso, ao que nos diferencia um dos outros. Nesse sentido, pensar a diversidade é pensar a multiplicidade de formas e distintas possibilidades de ser humano – razão pela qual engloba todas as formas de expressões e relaciona situações, tanto aquelas de caráter físico, neurológico, psicológico quanto aos aspectos de ordem sociocultural: sexualidade e gênero, religião, língua, geração, herança étnica e tantas outras.

A construção de uma sociedade mista e diversificada hoje vem trazendo alguns problemas de convivência entre as pessoas, com consequências preconceituosas e de discriminação, e até em muitos casos consequências violentas, é tanto comprovado que o número de casos de crianças vítimas de *Bullying* nas escolas vem crescendo. Em se tratando do relacionamento no ambiente escolar, as maiores vítimas são exatamente as crianças que são “vistas” como “fora do padrão” estabelecido por que são gordas ou magras demais, negras, albinos, crianças de religiões diferentes, meninos que gostam de brincar com brincadeiras tidas como de meninas e vice versa, crianças com necessidades especiais que são afastadas do convívio com as demais crianças.

² Esta citação está contida no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. É um documento pedagógico, pretende orientar e balizar os sistemas de ensino e as instituições educacionais na implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

A proposta de educação que inclui a temática da diversidade como eixo norteador vem para esclarecer e mostrar todas as formas de relacionamento que devem ser pautadas no respeito para com os outros, independente das diferenças que possam existir. A escola é o melhor lugar de aprender que as diversidades devem ser tratadas com respeito, pois mesmo com todas as diferenças, somos parte de uma mesma sociedade, a sociedade humana.

Assim como está escrito no Art. VII da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.” Daí a importância de mostrar que apesar de todas as diferenças físicas, de pensamentos ou atitudes/costumes isso tudo não nos diferencia no direito maior, o direito de ser, ser humano respeitado, acima de qualquer diferença, qualquer diversidade.

2.1- A Diversidade na Educação Infantil: uma proposta pedagógica em construção

Assim diz o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) no seu vol. 2 (Formação Social e Pessoal):

Para que seja incorporada pelas crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem na instituição. Começando pelas diferenças de temperamento, de habilidades e de conhecimentos, até as diferenças de gênero, de etnia e de credo religioso, o respeito a essa diversidade deve permear as relações cotidianas. (...) Ao lado dessa atitude geral, podem-se criar situações de aprendizagem em que a questão da diversidade seja tema de conversa ou de trabalho (BRASIL, 1998, p. 41).

A citação acima reforça a concepção que tratar desde cedo a temática da diversidade em seu amplo conjunto as crianças desenvolverá uma postura de tolerância, aceitação e respeito ao outro. Em outras palavras, a criança deve aprender a reconhecer as diferenças, seja de raça e etnia, de gênero, de cultura, de religião, de origem socioeconômica ou por algum tipo de deficiência física ou psicológica ou outra qualquer.

Mesmo considerando que diversidade é um conceito muito amplo e apesar da etapa da Educação Infantil está voltada ao atendimento de um público que ainda apresenta certas “limitações”, a sua presença nos anos iniciais é fundamental para a formação de um novo sujeito. Esse trabalho deve de início relacionar o conhecimento prévio de cada criança, o que ela sabe, o que imagina, e a partir daí trabalhar corretamente com o tema, dessa maneira

cessando os conflitos que poderiam surgir nas instituições com os relacionamentos entre as crianças.

A apresentação de valores e do novo enquanto criança faz com que seu relacionamento possa ser de respeito e melhor aceitação quando tiver maior, podendo ajudar a ser uma pessoa sociável e de bom relacionamento com a diversidade.

Quando os valores forem trabalhados também na Educação Infantil, as crianças irão poder conviver, e aceitar com mais facilidade a diferença nos seus colegas de sala e em todo o cotidiano escolar, como também na sociedade. Assim, os conteúdos conceituais devem ser trabalhados juntos com os atitudinais, onde os valores, o respeito, a solidariedade e diversas atitudes serão assimilados de forma mais fácil pelas crianças da Educação Infantil.

As instituições educativas têm uma função básica de socialização e, por esse motivo, têm sido sempre um contexto gerador de atitudes. Isso significa dizer que os valores impregnam toda a prática educativa e são aprendidos pelas crianças, ainda que não sejam considerados como conteúdos a serem trabalhados explicitamente, isto é, ainda que não sejam trabalhados de forma consciente e intencional (BRASIL, 1998, p. 51).

As propostas pedagógicas que iniciarão o trabalho com a diversidade na Educação infantil devem possibilitar a criança uma apresentação do diferente como um relacionamento de bem-estar para os demais. As diferenças estão em todos os lugares, cabe aos professores apresentarem-nas as crianças e mostrarem que estas diferenças devem ser acolhidas e suas distintas formas de ser devem ser adequadas e respeitadas pela escola. É uma proposta de educação que procura promover a interação como forma de aproximar o outro, buscando sempre incentivar o bom relacionamento entre todas as crianças. Como colocar a proposta em prática? Através de brincadeiras orientadas, situações de conversas, promoção de troca de experiências entre elas, oferecendo assim a oportunidade de conhecer a diferença no outro por sim próprio. Assim promovendo a interação com novas experiências, as crianças vão poder sair do estado individual, para conviver com o coletivo em forma de igualdade.

Para que as crianças tenham familiaridade com a diversidade, para que saibam lidar com a diferença, tem que se iniciar esse trabalho desde cedo, com o diálogo em sala de aula, para que as descobertas das diferenças possam ser orientadas corretamente, pois respeitar as diferenças é mais que um conteúdo, é um valor a ser aprendido e posto em prática no cotidiano, com todos, negros, idosos, pessoas com deficiências físicas ou mentais, homem e mulher, pessoas do interior, indígenas, ciganos, pessoas de classes sociais diferentes (superiores e inferiores), todos merecem ser conhecidos pelo que são, o importante é serem

tratados com respeito, como também desde cedo mostrar aos meninos e meninas uma posição de igualdade entre eles, e não podendo esquecer que as crianças aprendem com o exemplo dos adultos, elas aprendem com os professores modos e maneiras de tratar os demais.

Os preconceitos devem ser trabalhados e combatidos, a falta de informação ocasiona alguns problemas como esses, deixando crianças isoladas, e criando rótulos como pessoas diferentes ou como pessoas que não se podem misturar-se. O ambiente escolar de educação infantil é aquele que deve acolher e proporcionar um lugar aconchegante a todas as crianças, lugar onde os professores “Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade” (Brasil, 2010, p.26).

2.2 - Diversidade étnico-racial na escola: base legal

Nas últimas décadas as lutas contra o preconceito e o racismo vêm chamando grande atenção na sociedade como também nas escolas, assim como as relações Étnico-raciais. O ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, obrigatória para a Educação Básica e o Ensino Superior, durante muito tempo relegou a Educação Infantil ao esquecimento. Apenas bem recentemente é que o currículo da primeira etapa da vida escolar é que passou a receber uma atenção diferenciada e a temática étnico-racial passou a ser adaptada a necessidades educacionais das crianças. O que reflete uma mudança qualitativa a medida que a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena passaram a ser tratadas numa perspectiva de valorização e reconhecimento. Para as escolas que atendem às crianças de comunidades quilombolas, ribeirinhos, acampados e povos das florestas, os currículos também devem passar por reformas na proposta pedagógica de cada comunidade, fazendo com que o reconhecimento do modo de vida de cada um, a cultura, as tradições, características ambientais e econômicas, sejam assimiladas pelos demais, reafirmando a identidade étnica e também a língua materna dos povos distintos.

As Diretrizes curriculares nacionais Para a educação infantil reafirmam isso quando falam que as características dos povos devem ser adaptadas nas instituições de educação infantil, onde os materiais e a prática escolar não esqueçam as diferentes culturas, como o exemplo:

- ✓ O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

- ✓ A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes (Brasil, 2010, p. 21).

Ao trazermos o conceito de etnicidade para a escola estamos pretendendo mostrar a diversidade de grupos culturalmente diferentes, com religiões, credences, valores e costumes, e uma diversidade no modo de ser, de pensar e de ver o mundo que formaram a sociedade brasileira. Já o último conceito básico relacionado à Diversidade Étnico-racial é o conceito de Etnocentrismo, onde uma concepção preconceituosa considera-se que um grupo é melhor que o outro, achando-se o centro, tendo suas normas, valores e costumes a serem seguidos por todos, ligado à Alteridade, onde mostra uma relação de oposição, ao/entre o outro e a identidade.

Indígenas, quilombolas, caiçaras, ciganos, negros ainda são vistos com um olhar preconceituoso, sendo tratados de formas desiguais, tirando-lhes direitos e mantendo-os sempre com atitudes de exclusão. Contudo o maior índice de preconceito hoje em nosso país é com relação aos negros, mesmo com toda mudança social, intelectual, mesmo assim ainda hoje os negros são vistos de forma preconceituosa e vítimas de discriminação racial. Um número significativo de negros ainda são tratados com inferioridade em decorrência da tonalidade de sua pele: o que é preto é ruim, sujo, feio, pobre e sem qualidades, e conseqüentemente tudo que está relacionado ao preto é ruim (as cores preto, marrom, a falta de luz, cabelos cacheados etc.).

Esse preconceito interfere tanto na vida pessoal quanto nas relações sociais, onde muitos são tratados de forma invisível, com discriminação, e ainda com falta de respeito, seja por cor da pele, pelas crenças e religiões, pelo modo de vida, etc. O respeito e a tolerância entre as diferentes sociedades devem prevalecer de forma harmônica, afastando os tratamentos de discriminação, buscando promover o sentido da harmonia e da paz entre elas. Como a Declaração de Princípios sobre a Tolerância, em seu 1º Artigo declara que:

1.1 A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz. (...)

1.4 Em consonância ao respeito dos direitos humanos, praticar a tolerância não significa tolerar a injustiça social, nem renunciar às próprias convicções, nem fazer

concessões a respeito. A prática da tolerância significa que toda pessoa tem a livre escolha de suas convicções e aceita que o outro desfrute da mesma liberdade. Significa aceitar o fato de que os seres humanos, que se caracterizam naturalmente pela diversidade de seu aspecto físico, de sua situação, de seu modo de expressar-se, de seus comportamentos e de seus valores, têm o direito de viver em paz e de ser tais como são. Significa também que ninguém deve impor suas opiniões a outrem.

Como descrito acima, cada um tem o direito de ser, e deve ter igualdade de oportunidades, como seres humanos que são, todos devem ter a liberdade de se expressar e de viver de acordo com aquilo que acredita, a Tolerância surgiu para que cada indivíduo respeite e seja respeitado pelo que é, afastando qualquer tipo de injustiça e desrespeito com o outro.

Somos um país de uma cultura muito ampla, com diferenças inúmeras, diferenças regionais, sociais, políticas, e é justamente por sermos tão diversos é que precisamos começar a trabalhar a questão o mais cedo possível. Reconhecer a igualdade de oportunidade e a efetiva diversidade étnico-racial que nos constitui como sociedade brasileira é um passo fundamental para a superação dos racismos e intolerância vivenciados por homens, mulheres, jovens, idosos, e principalmente em crianças que sofrem algum tipo de preconceito nas escolas. Conhecer para aproximar o “outro”, pois o conhecimento afasta a ignorância, e isso representa uma tarefa fundamental para o respeito à Diversidade, afastar a ignorância e intolerância, pois é isso que nos distancia uns dos outros.

Sendo assim a diversidade étnico-racial é de fundamental importância nas escolas como contribuição para a construção de conhecimentos marcados na nossa própria história. Um dos primeiros passos para ajudar nessa contribuição, e afastar de certa forma, parte do preconceito tido com os negros, que foram criadas algumas Leis e Documentos que contribuem para que a mudança aconteça.

2.2.1 - LEI 10.639/63

A Lei de nº 10.639/63, criada e assinada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva em janeiro de 2003, veio para incluir (obrigatoriamente) a história e cultura Afro-brasileira e africana no ambiente escolar, principalmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, também instituiu o dia 20 de novembro no calendário escolar como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Esta medida, que atendia a uma demanda histórica do Movimento Negro no Brasil, representou um marco na luta pela promoção da igualdade racial em nosso país. A inclusão da história e cultura Afro-brasileira e africana se fez necessária,

pois além de combater a exclusão racial, vem trazer para o ambiente escolar uma história e uma cultura que também faz parte de nossa história.

A Lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares em toda a rede de ensino pública ou privada vem como uma contribuição para o aprendizado de nossa história, e para reforçar o respeito a diversidade, visando fazer um resgate histórico, a partir do processo de escravidão, até conhecimentos históricos e culturais da África, que estão tão contidos na nossa cultura.

Sabendo que a identidade racial ainda é desvalorizada e marcada por conflitos entre os povos, o ensino da cultura afro trás o conhecimento para dentro das salas de aulas para promover uma aproximação do excluído e do negado, possibilitando um tratamento de respeito, e mostrar que a identidade negra está inserida em nossas raízes.

Tratar de identidade racial, portanto, implica o respeito à diversidade cultural presente na sala de aula e no cotidiano das crianças em geral – e particularmente das crianças negras –, seja essa diversidade transmitida no meio familiar ou em comunidades religiosas de matrizes africanas. Os conteúdos escolares devem contemplar essa pluralidade, de forma a interferir positivamente na autoestima de todos os grupos. É sabido que boa parte das culturas negras no Brasil, assim como no continente africano, foi transmitida pela tradição oral. Afora essa forma de comunicação, outras linguagens estão presentes na identidade negra, como a valorização da corporeidade, da arte e da escrita (São Paulo, 2008, p. 19).

O objetivo principal é de divulgar e produzir conhecimentos, como uma forma de valorização e resgate da nossa história, tendo a escola como um lugar de formar cidadãos, promover posturas de respeito, e atitudes que fortaleçam a pluralidade étnico-racial. Com a finalidade maior de superar a desigualdade étnico-racial, sabendo que a população brasileira é formada por contribuições de vários povos, a lei 10.639 busca a valorização e o reconhecimento da população negra em nosso país, uma população que fez o país crescer, e que os negros ainda hoje não são reconhecidos por isso, daí a lei trás a proposta de conhecimento e aproximação, para que os negros que ainda sofrem preconceitos por serem desvalorizados com uma visão escravista sejam reconhecidos pela força, trabalho e contribuição, e que eles mesmos reconheçam suas origens e se orgulhem por isso.

O objetivo será alcançado quando a iniciativa de trazer a cultura africana para as instituições de ensino garantirem aos cidadãos negros uma oportunidade de conviver em plena igualdade, em direito e respeito, fazendo com que as características peculiares dos povos africanos sejam mantidas e respeitadas por todos, sempre buscado uma aproximação.

A primeira medida já foi obtida com a criação e o decreto da Lei, porém vários aspectos precisam ser agora adaptados e estruturados. Em primeiro lugar os professores das

instituições devem passar por uma capacitação voltada à preparação de professores na área, onde muitos ainda necessitam se aprofundar e não se encontram preparados para cumprir a lei.

Destaca-se ainda que a Lei nº 10.639/03 indica uma amplitude de possibilidades de ensino-aprendizagem, que exige da comunidade escolar, em especial dos educadores, uma reeducação sobre relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidade, numa perspectiva democrática e cidadã. Conforme ressalta o Parecer nº 003/2004, 'para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos' (São Paulo, 2008, p. 20).

O currículo e o calendário escolar devem também passar por uma reformulação, e não apenas deixar num faz de conta, e sim fazer memória e realmente incentivar o trabalho com os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira. Mesmo sabendo que a escola não é o único lugar onde a aprendizagem acontece, os professores devem buscar ao máximo relacionar termos adequados ao apresentar cada conceito e tema para os alunos. Assim, ao inserir esses conteúdos trabalhados em sala de aula devem promover a cultura, e não usar termos como negrinho, preto, escuro, não denegrindo e agindo com um vocabulário racista, sempre buscando valorizar e não apresentar a história e cultura afro com termos que de certa forma levam o outro a um olhar de preconceito.

Com uma cultura tão ampla e que tanto contribuiu na construção de nossa sociedade e de nossa cultura, os conteúdos devem ser ministrados, e mostrados como uma influencia que nos marcou de tal forma que chegamos a pensar que nos pertence, mantendo vivas as manifestações culturais negras, que são de necessidades fundamentais para o fortalecimento da identidade negra.

Os professores devem trabalhar com questões que apresentem o passado das pessoas negras escravizadas no Brasil: a formação dos quilombos, mostrar o processo de colonização, a história da África, seus povos e costumes, mostrar que a capoeira é de influência africana e que foi proibida pelos senhores de engenho no século XVI, e os negros/escravos passaram aos sons dos batuques a dançar a luta disfarçadamente, que grande parte dos alimentos e receitas brasileiras na verdade fazem parte da culinária africana, como a feijoada, o vatapá, a cocada etc. Que os sons e ritmos africanos deram origem ao samba, reggae, o pagode e continua influenciando muitos ritmos do presentes da música popular brasileira.

Os professores poderão trabalhar com vídeos, músicas, textos que auxiliem a apresentação dos temas e assim como o aprendizado dos alunos. Revelando aos diferentes níveis de ensino, e de acordo com os conteúdos programáticos referentes a cada série, as

contribuições e a influencia da cultura africana com a construção da cultura brasileira, onde em cada ano a aluno aprenda de forma crescente a valorizar a cultura africana e a valorizar a diferença no outro.

Essa é a verdadeira contribuição, à valorização do outro, da diferença no outro, quando os indivíduos reconhecerem os aspetos que formam nossa cultura, nossos costumes e nossa mistura, aí sim vão começar a entender os reais motivos para a elaboração da lei 10.639. O povo Brasileiro é diferente porque é formado por uma mistura de diversas culturas, daí a importância de se trabalhar com o resgate de nossa origem, pois só assim os conflitos de raças e etnias começaram a ter um ponto final.

2.2.2 - Resolução 01/2004

A Resolução nº 1 de 17 de junho 2004 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, cujo objetivo é estabelecer quais os conteúdos e práticas que deveriam ser implementadas para a realização efetiva da lei 10.639/03.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, comumente chamada de DCNs, além de disciplinar os conteúdos de disciplinas, também disciplina atividades e responsabilidades das instituições de educação, trata da questão da formação inicial e continuada de professores e sobre a necessidade de divulgar e produzir conhecimentos, atitudes e valores, aos cidadãos perante a temática étnico-racial. Ações que garantirão uma educação que respeite e valorize a diversidade étnico-racial, em especial os afrodescendentes.

Um dos aspectos mais relevantes tratados na Resolução 01/2004 diz respeito a importância da formação inicial e continuada dos professores: determinada como obrigatória e indispensável. Todavia, para que a formação realmente aconteça, os conteúdos deverão ser ministrados e acompanhados por toda a equipe técnica da escola, supervisão, gestão, coordenação pedagógica, dando o subsídio e recursos necessários aos professores que estão sobre a responsabilidade de transmitir os conhecimentos na área para os alunos. Assim, as instituições de ensino devem incentivar pesquisas com temas afrodescendentes e indígenas, com o objetivo de fortalecer e valorizar as raízes do povo Brasileiro.

De acordo com a Resolução, os cidadãos negros ou não, tem o direito de serem respeitados e o dever de respeitar. Caberá a escola o direito e a postura de corrigir atitudes de

desrespeito e discriminação, criando medidas educativas de valorização e respeito à diversidade, onde qualquer desrespeito e situações de discriminação deverão ser encaminhados e solucionados, situações mais graves como “(...) os casos que caracterizem racismo serão tratados como crimes imprescritíveis e inafiançáveis, conforme prevê o Art. 5º, XLII da Constituição Federal de 1988”. (BRASIL, 2004, p.11).

A partir da criação da Resolução 01/2004 as escolas da Educação Básica do país passam a ter um documento que aprofunda e orienta as práticas pedagógicas referentes à Lei 10.639/03, os estados brasileiros, assim como os municípios desenvolveram resoluções referentes às questões étnico-raciais.

No caso do Estado da Paraíba no dia 25 de fevereiro de 2010, a presidência do Conselho Estadual de Educação (CEE) constituiu uma comissão para discutir as DCNs, adequá-las à realidade da Paraíba.

O CEE formula orientações para gestores de sistemas de ensino do Estado da Paraíba, estabelecimentos de ensino públicos e privados, professores, técnicos, além dos demais responsáveis pela elaboração, execução, avaliação de programas e planos institucionais, projetos pedagógicos e planos de ensino relacionados à temática. Visa-se, ainda, oferecer referenciais sobre o assunto para os estudantes, suas famílias e demais cidadãos (PARAÍBA, 2010, p.5).

O Conselho mostra as necessidades de se trabalhar às relações étnico-raciais na escola, como também em toda a sociedade paraibana. Buscando uma sociedade mais justa e fraterna, vota a aprovação da Regulamentação do Estado da Paraíba em 01 de junho de 2010, em João Pessoa-PB.

Com a necessidade maior de integrar a história dos negros e dos índios em nossas escolas Brasileiras, os estados e municípios devem cumprir com a Resolução Nacional e serem compatíveis com tais mudanças. Depois da aprovação da Regulamentação do Estado da Paraíba, foi a vez do município de Campina Grande-PB. Em 28 de dezembro de 2010, na sala das sessões do Conselho Municipal de Educação, foi aprovada a Regulamentação do município através da Resolução de nº087/2010 seguindo os mesmos pressupostos que foram aprovados pelo CEE e CNE.

2.2.3 - Diretrizes Curriculares Nacionais para as relações étnico-raciais

Com o objetivo de corrigir injustiças históricas e seculares, o governo brasileiro nos últimos anos tem procurado promover uma proposta de educação diferenciada, capaz de reverter os erros do passado e a valorização das diversas presenças étnicas que formaram a nossa sociedade. Dentre todos os grupos étnicos, a população negra no Brasil foi a que mais sofreu injustiças: era afastada de condições de se manterem na escola, assim mantendo uma distancia também do mercado de trabalho e de oportunidades melhores, onde ainda hoje persiste uma desigualdade entre brancos e negros. Combater as desigualdades, o racismo e promover igual oportunidade para os diferentes grupos étnicos brasileiros, fez-se necessário a adoção de uma política de reparação voltada para a educação da população negra, criando condições para que alcancem todos os níveis de ensino, até obter uma profissão.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana foi aprovada no dia 10 de março de 2004. Esta destinada aos administradores de sistemas de ensino, professores, e todos que de alguma forma participam de instituições de educação, com o intuito de educar, reconhecer e valorizar as culturas afro-brasileiras, como também aos familiares dos estudantes, e a todo e qualquer cidadão comprometido com a educação própria e dos seus, o documento trata

(...) de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe A divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004, p. 10).

Uma educação integradora, onde as culturas, e os valores possam estar presentes em sala de aula, sem deixar que as diferenças distanciem as pessoas, buscando uma educação que valorize a cultura do outro, e acima de tudo, que o respeito prevaleça, e que haja uma reeducação das relações entre os diferentes grupos de nossa sociedade. Uma educação de qualidade é isso que pretende a Educação para as relações étnico-raciais, criar condições favoráveis para que a Educação aconteça, condições materiais, físicas e principalmente intelectuais, onde todos precisam sentir-se valorizados para que a aprendizagem aconteça de forma igualitária, sem nenhuma forma de exclusão, com a participação de políticas públicas,

escolas e movimentos sociais, onde todos possam contribuir em conjunto com a luta para uma educação nas relações étnico-raciais, desconsiderar as desigualdades e reconhecer os valores e lutas, criar condições para que os estudantes negros entrem e permaneçam na escola.

Os direitos devem ser iguais para todos, assim, a educação para as relações étnico-raciais devem favorecer a valorização das etnias existentes no nosso país, produzido conhecimentos articulando passado, presente, futuro e a realidade do povo negro, assim como de toda nação brasileira mesclada de culturas indígenas, europeia e asiática.

Precisa, o Brasil, país multi-étnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmo, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideais e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis (BRASIL, 2004, p. 18).

A escola deve requerer a igualdade básica entre todos, fazendo com que um respeite o outro, deixando de lado qualquer tratamento diferenciado em busca de superar as diferenças já existentes no âmbito escolar. Valorizar a cultura africana na sua arte, corporeidade, danças, trabalhando conhecimentos sobre a religiosidade, o tráfico e à escravidão do ponto de vista dos escravizados, solicitar sempre a participação na escola de grupos culturais negros, são algumas determinações desse documento, assim como, trabalhar e dar um novo sentido as datas significativas:

- ✓ Dia 13 de maio, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo e de divulgação dos significados da Lei Áurea para os negros.
- ✓ Dia 20 de novembro será celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra.
- ✓ Dia 21 de março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial.

Os estabelecimentos de ensino devem dar possibilidades de conhecer e valorizar a cultura do outro, promovendo experiências e ações educativas de combate ao racismo e a discriminação. A responsabilidade da escola e dos professores é formar indivíduos pensantes e preparados para lidar com a diversidade e com o respeito às diferenças existentes dentro e fora da escola. Essa é a intencionalidade das Diretrizes, promover uma reparação e uma educação igualitária para todos.

Cientes que,

Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo-se como ponto de partida o presente parecer, que Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana junto com outras diretrizes e pareceres e resoluções, têm o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional (BRASIL, 2004, p. 26).

2.3 - A educação étnico-racial: tratando o preconceito em sala de aula

O preconceito é uma construção social. Ao longo da sua formação histórica, sociedade brasileira muitas práticas e ações institucionais contribuíram para a disseminação do preconceito e do racismo, por exemplo:

O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares (BRASIL, 2004, p.7).

A população negra foi a mais discriminada. Desvalorizados, os negros ainda são ridicularizados e excluídos por sua identidade e estética não serem estabelecidas pela sociedade como um padrão ideal.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra (BRASIL, 2004, p. 12).

A escola tornou-se uma aliada no enfrentamento do racismo, com a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos das escolas, uma nova postura passou a ser exigida dos educadores, além de formar cidadãos que exercerão diversos papéis na sociedade, irão formar pessoas conscientes dos seus atos, e pessoas que valorizem a cultura e a identidade do outro, afastando o preconceito e qualquer tipo de exclusão contra os diferentes grupos encontrados em nossa sociedade. Como uma contribuição para uma educação de qualidade que valorize o outro, assim, a educação para as relações étnico-raciais

foi lançada nas escolas brasileiras como uma medida de combater o preconceito e reparar os danos causados pelos nossos antepassados.

A sociedade brasileira, marcada de preconceitos e estereótipos, ainda afasta das escolas as crianças e famílias negras, que já são vítimas de preconceito pela área onde residem, e pelos trabalhos que ocupam. A busca por uma sociedade de direitos iguais, sem preconceitos sempre foi tema de diversas áreas, mais a partir do momento em que um tema se torna uma obrigatoriedade nas escolas, chegou o momento de encarar com seriedade algo que vem trazendo tantos conflitos nas relações sociais do nosso cotidiano.

Assim, a escola tem uma função social, essa função deve ser exercida como uma contribuição para a formação de cidadãos pensantes, de respeito e sem julgamentos e preconceitos, os professores tem a função de mediar os conhecimentos sobre diversidade, etnicidade, valores, sempre mostrando uma relação de respeito entre todos. Valorização e Respeito esses são uns dos principais objetivos de se trabalhar a história e cultura afro-brasileira e africana.

A educação e o diálogo devem estar sempre juntos e presentes na escola, a convivência entre as diferenças no cotidiano escolar é uma forma eficaz para trabalhar, comportamentos, atitudes, princípios éticos de liberdade, dignidade, solidariedade e respeito mútuo, trabalhar a lei e os conteúdos referentes à cultura Afro-brasileira e Africana desde cedo é uma forma de educar as crianças e também de conscientizar seus familiares a uma educação que promova o respeito à diferença no outro.

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, 2004, p. 14-15).

A escola é um espaço privilegiado para a promoção da igualdade e a eliminação de toda forma de discriminação e racismo, e para isso os professores devem trabalhar com materiais adequados que possibilitem a compreensão do aluno para com a diversidade, as discussões e práticas pedagógicas quando bem elaboradas são capazes de combater as

injustiças e preconceitos. O racismo é muito forte nos dias atuais, e na sociedade brasileira o número de pessoas que sofrem Bullying por questões raciais vem crescendo diariamente, com palavras ofensivas até chegar a agressões físicas, essa violência vem causando grandes conflitos dentro e fora das salas de aula, assim, o trabalho com a diversidade e com as questões étnico-raciais podem ser uma iniciativa de combate a essa violência. O ensino para as relações étnico-raciais nas escolas brasileiras é uma medida preventiva fundamental contra o favorecimento do racismo e da discriminação.

Assim, a escola, como instituição que tem o papel de contribuir na formação dos cidadãos, deve assegurar o direito à educação a todos os brasileiros e, ao mesmo tempo, ser aliada na luta contra qualquer forma de discriminação ou exclusão, dentre as quais a de raça (São Paulo, 2008, p. 20).

Na tentativa de amenizar os preconceitos em sala de aula, propõe-se que sejam trabalhadas as relações étnico-raciais como uma aproximação da cultura do outro, podendo contribuir para a auto-estima das crianças que se sentem discriminadas pela cor de sua pele, ou pela sua origem étnica. Despertar nos alunos a curiosidade da cultura e raça do outro é uma possibilidade de fazer com que as crianças se identifiquem umas com as outras, mostrando que as diferenças não são motivos para negar o outro ou tratar de forma diferente.

Uma medida é levar os alunos a conhecerem outros grupos étnicos e culturais, a música, arte, dança, literatura, teatro, fazendo um resgate da cultura afro-brasileira, no sentido de integrar os alunos nos valores étnicos, permitindo-os identificar-se como pessoa pertencente a essa cultura.

As orientações curriculares para a educação étnico-racial traz direcionamentos para os professores trabalharem de forma correta, na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. A compreensão conceitual do racismo pelos professores pode ajudar a identificar práticas racistas na sala de aula, por isso os temas transversais devem estar inseridos no currículo atual de formação de Professores.

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas diferenças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais (LOPES, 2005, p. 187).

Então, é fundamental trabalhar com as crianças a partir do diálogo constante sobre a realidade da construção do povo Brasileiro, onde o estudo para as relações étnico-raciais

amenizará o racismo e o preconceito, sabendo que a sociedade Brasileira é preconceituosa em relação a sua população. Esse trabalho fará um resgate da construção do nosso país, como também fará um papel de inclusão, fazendo um reconhecimento das diferenças e levando os alunos a respeitá-las, sempre promovendo a igualdade para todos, fará com que o aluno se descubra membro atuante dessa sociedade, e capaz de enfrentar a vida como cidadãos pensantes e livres de preconceito, independentemente de sua faixa etária.

2.3.1- O ensino de cultura afro-brasileira para a Educação Infantil

Sabendo que a cultura afro-brasileira e africana pela determinação da Lei 10.639/03 está inserida nos currículos da Educação Fundamental e no Médio, tentando proporcionar uma aprendizagem significativa e um resgate da história do povo Brasileiro, da construção de sua sociedade, assim como, estabelecer proximidade com a cultura do outro, valorizando e respeitando as diferenças afastando o preconceito, e que as crianças da Educação Infantil não distante das crianças do fundamental já são capazes de agir de forma preconceituosa, com discriminação e excluir crianças negras do seu convívio, por esse motivo a educação para as relações étnico-raciais e o ensino da cultura afro-brasileira se faz tão necessária também na Educação Infantil.

Promover a igualdade racial no âmbito escolar, além de uma obrigatoriedade é uma necessidade para reparar os danos cometidos anteriormente e que ainda hoje o direito de uma igualdade nas relações raciais ainda não estão sendo completamente cumpridos, nem dentro e nem fora dos estabelecimentos de ensino, como também nas oportunidades da vida social (empregos, saúde, moradia, educação, etc.).

Reconhecer a herança do povo africano na construção cultural da sociedade Brasileira é um bom começo para que as crianças comecem a aceitar a cultura do outro, assim como a raça. Trabalhar a valorização é uma forma de reconhecer a própria identidade, como aceitar que cada um tem uma identidade própria, a partir do momento que a criança se aceita do jeito que é (negra, branca, amarela) ela é capaz de aceitar a diferença no outro. Essas questões devem ser bem frisadas na Educação Infantil, pois a construção de identidades se dá de forma bem acentuada, onde a pertença em um grupo diferente já é visto como uma possibilidade de exclusão.

O tema diversidade étnica é indispensável na Educação Infantil. Trabalhar com a valorização das diferenças na idade de 0 a 5 anos é essencial, pois ajuda a promover uma

educação igualitária para todos, levando-os a uma convivência agradável e auxiliando no bem-estar dos pequenos que de alguma forma se sintam excluídos ou discriminados. Razão pela qual, desde cedo educadores devem procurar alternativas de formação para se qualificarem com relação aos temas transversais e para a educação para as relações étnico-raciais. A principal proposta é fazer um resgate da história buscando a valorização da cultura Brasileira nas raízes Africanas e afastar o preconceito racial.

De acordo com Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio, publicado pelo Governo do Estado de São Paulo em 2008, desde cedo é importante o trabalho com a questão ético-racial com as crianças da Educação Infantil além do reconhecimento da importância de vários povos, enfatizará a contribuição africana na constituição do povo e cultura Brasileira. Para tanto, várias ações devem ser colocadas em prática objetivando:

• Organizar os espaços educativos contemplando a diversidade étnica e cultural do contexto em apreço.
• Objetivar, nos espaços educativos, a distribuição igualitária de atenção e afeto a todas as crianças.
• Apresentar materiais e brinquedos que remetam à ancestralidade africana e à compreensão dos signos e significados da população negra.
• Evidenciar a contribuição de ascendência africana (e outras), por meio de contos, cantos, danças, trajes, alimentos e demais manifestações do repertório cultural presentes no cotidiano.
• Valorizar a oralidade como instrumento de transmissão de conhecimento.
• Acolher a diversidade material e cultural das crianças, atentando ao combate dos preconceitos raciais e outros.
• Conhecer e valorizar a origem e histórico de cada indivíduo dentro do grupo.
• Envolver famílias e comunidade nos projetos da instituição e seus registros.
• Superar a dicotomia educar/cuidar, desmistificando preconceitos que se originam da comparação entre essas ações.
• Considerar as diversas tradições culturais como essenciais ao processo educativo, independente da etnia e condição social em que se originam, buscando romper com os preconceitos já instituídos e buscando formas de construir atitudes de respeito e de solidariedade.
• Garantir a formação de vínculos que conduzam a uma postura ética e de valorização da vida, respeitando tanto os humanos como os demais seres vivos.

Fonte: Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial do Estado de São Paulo, 2008, p.89.

Quando esses objetivos citados forem alcançados, as crianças já serão capazes de aceitar a diferença no outro, e futuramente serão capazes também de viver em harmonia e a valorizarem a pessoa negra, a história e a cultura africana e afro-brasileira.

O ensino da história e cultura afro-brasileira na Educação Infantil é uma preparação imprescindível para formar cidadãos com mentes abertas e que saibam se relacionar com as diferenças. As crianças precisam crescer sabendo que a sociedade brasileira é uma sociedade mista e multicultural. A diversidade de relacionamentos que terão com as raças e com as diferentes culturas e principalmente com a cultura negra é uma realidade que precisa ser assimilada desde a Educação Infantil.

Para que as crianças cresçam como cidadãos conscientes elas precisam conhecer a verdadeira história africana e do Brasil africano, essa aproximação deverá acontecer desde as séries iniciais, as crianças da Educação Infantil são capazes de assimilar os conteúdos conceituais e atitudinais como as crianças do Fundamental I. Sabemos que a formação da criança é construída a partir de situações novas, troca de experiências entre professor/aluno, aluno/professor, aluno/aluno. Esta etapa é propícia para inserir a história e cultura afro-brasileira visto estarem abertas ao novo e relativamente livres de preconceitos. Essa prática pedagógica permitirá formar as gerações futuras mais flexíveis e prontas para aceitar que a cultura negra faz parte da cultura do povo Brasileiro, possibilitando assim uma futura geração livre de preconceitos raciais.

Assim, concluir este capítulo reafirmando que o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira para a Educação Infantil é necessário para que desde pequenas as crianças possam aprender que todos nós somos diferentes e para que futuramente possam exercer seu papel de cidadão participando da sociedade, livres de preconceitos.

3. A PESQUISA: TIPOLOGIA, METODOLOGIA E PRÁTICA

“Para quem vive na sala de aula, perdido em extrema indigestão teórica, cercado por intermináveis questiúnculas metodológicas, especulando sem parar, a empiria significa oportunidade para testar até que ponto o que se pensa bate com a realidade, (...). Certamente, no contato com a realidade reconstruída descobrem-se coisas que a teoria sequer havia suspeitado.”

Pedro Demo (2008, p. 39).

Este capítulo é destinado à apresentação dos “caminhos percorridos” para a realização da pesquisa, para tanto aqui iremos caracterizar e classificar a pesquisa brevemente, descrever a metodologia utilizada, apresentar o campo de pesquisa, os dados – resultados obtidos e a análise dos mesmos.

3.1- Tipologia e Metodologia da pesquisa

A pesquisa tinha como objetivo geral compreender como as Professoras da Educação Infantil dos estabelecimentos de ensino da rede municipal de Massaranduba-PB estavam trabalhando a proposta de Educação Étnico-Racial, especificamente: as relações étnico-raciais, a cultura afro-brasileira e o preconceito em sala de aula. Com os resultados da pesquisa desejávamos interpretar como, e com que frequência se dá o ensino para as relações étnico-raciais nos estabelecimentos de Educação Infantil e mostrar à importância de se trabalhar estas questões étnico-raciais ao combate ao preconceito desde os anos iniciais. Para tanto tomou como objeto de estudo três unidades de ensino, sendo 01 (uma) creche (Creche Irenita Batista) e 02 (duas) escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I (Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Manoel Machado de Nóbrega e A Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Enéias Dias Correia).

Este estudo pode ser definido como uma Pesquisa Observacional ou Estudo de Caso, pois objetivava aprofundar conhecimento com o intuito de responder perguntas específicas. Para fundamentar e instrumentalizar o “olhar” realizamos uma Pesquisa Bibliográfica e Documental com estudiosos que tratam a questão específica.

A coleta de dados foi estruturada por meio de observações, entrevista (conversa informal) e aplicação de questionários - o principal instrumento da coleta dos dados,

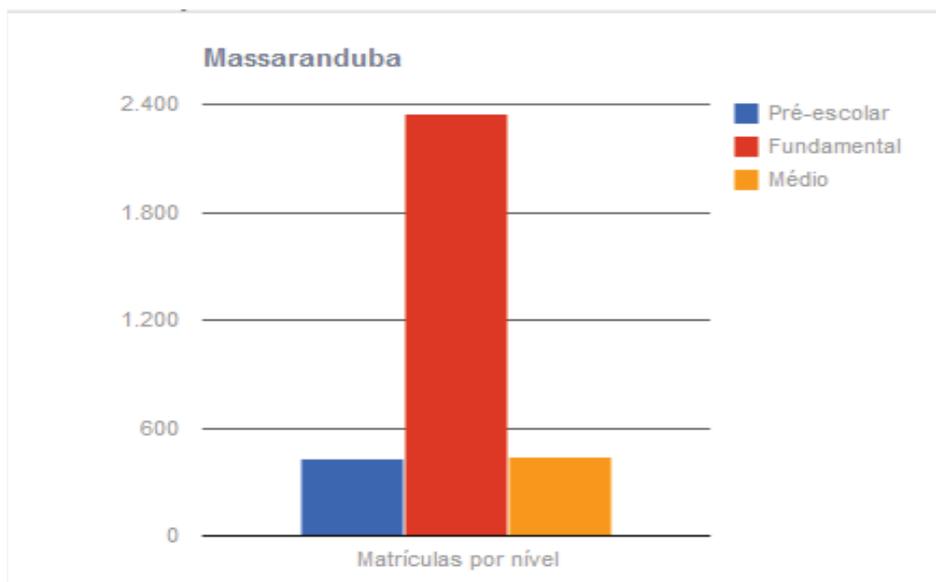
composto por 11 (onze) questões, sendo apenas 03 (três) abertas (ver Apêndice I). As questões fechadas objetivavam coletar informações relativas ao conhecimento das professoras em relação a lei 10.639/03, que determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, com o intuito de observar se esta estava sendo implementada a partir da observação do conteúdo que estava sendo trabalhado na sala de aula da Educação Infantil, a frequência das atividades relacionadas a temática étnico-racial e os materiais didáticos encontrados. Outro aspecto também observado foi o relacionamento das crianças com as pessoas negras no seu entorno. As informações obtidas foram tabuladas, analisadas e o resultado apresentado quantitativamente (gráficos) e qualitativamente (discursiva).

A observação *in lócus* foi um dos meios de coleta de informações relevante para a pesquisa, pois nos permitiu confrontar as informações fornecidas nos questionários com a prática efetiva do cotidiano. A observação também possibilitou o registro visual do campo de pesquisa, como um reforço ilustrativo da fala. As imagens, além de ilustrarem e darem ênfase a fala autoral, são importantes porque mostram como o trabalho desenvolvido em uma das escolas contribui para “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (BRASIL, 2010, p.21).

3.2 – Massaranduba: um breve panorama do sistema escolar

A cidade de Massaranduba é uma cidade paraibana com características típicas do interior do Nordeste, está localizado a cerca de 145 km da capital João Pessoa-PB, e a 16km da cidade de Campina Grande-PB. De acordo com dados do IBGE- 2010, sua população é composta por 12.902 habitantes, distribuídos entre a zona urbana e a zona rural, sendo que cerca de 65% desse montante reside na zona rural, em números: 8.418 habitantes (cf. Censo IBGE 2010).

Segundo os dados referentes a população em idade escolar no estado da Paraíba, o município de Massaranduba possui seu maior percentual de alunos matriculados no ensino fundamental. No ano de 2012 foram matriculados 2.119 estudantes na rede municipal de ensino. Este número para 2013 apresentou crescimento significativo, foram matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede municipal, de acordo com informações obtidas na Secretaria de Educação do Município, um total de 2.319 alunos.



Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2012.

De acordo com a Secretaria de Educação da cidade de Massaranduba-Pb, a rede municipal de ensino é composta por 38 (trinta e oito) unidades escolares, sendo que 06 (seis) encontram-se com suas atividades paralisadas – motivo não foi explicado. As escolas funcionam nos três turnos e oferecem do ensino infantil e fundamental ao ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Na zona rural estão localizadas 27 (vinte e sete) unidades escolares; enquanto na zona urbana funcionam apenas 04 (quatro) unidades de ensino, sendo que apenas uma delas oferece o Fundamental II. Na zona urbana também funciona 01 (uma) creche que atende em tempo integral a 56 (cinquenta e seis) crianças com idades entre os 03 (três) e 05 (cinco) anos. Estas 32 (trinta e duas) unidades de ensino estão localizadas na cidade de Massaranduba e no distrito de Santa Terezinha, sendo que no mesmo funciona apenas uma escola municipal que oferece o Ensino Infantil e Fundamental, atendendo a alunos com idades entre 04 (quatro) e 11 (onze) anos.

Em relação as escolas estaduais o município conta com 02 (duas) unidades, a saber: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Zeca de Souza, instalada na sede e no distrito de Santa Terezinha, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Everaldo Agra. Na rede privada de ensino o município dispõe de apenas uma unidade, o Instituto Educacional de Ensino Infantil e Fundamental Pingos de Letras.

3.3 – Apresentando as escolas objeto da pesquisa

Como já mencionado anteriormente, a pesquisa tomou como objeto de estudo 03 (três) estabelecimentos da rede municipal de ensino de Massaranduba-PB. As escolas foram selecionadas por serem as únicas da zona urbana que ofereciam educação infantil. As mesmas serão apresentadas a seguir.

I - Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Enéias Dias Correia, localizada na Rua José Rufino da Cruz, funciona nos turnos manhã e tarde, ofertando do Pré I ao 5º ano. O estabelecimento atende a 129 (cento e vinte e nove) crianças no ano de 2013, sendo em média 18 alunos matriculados no Pré I e Pré II.

II - Creche Irenita Batista da Silva, localizada na Rua Eulália Zeca, ofertando 01 (uma) turma do Pré I e 02 (duas) turmas do Pré II, totalizando 56 (cinquenta e seis) crianças matriculadas em horário integral.

III - Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Manoel Machado da Nóbrega, localizada na Rua Sebastião Alves Reis, S/N. O estabelecimento oferece: Pré I, Pré II, 1º ano e 2º ano, sendo 04 (quatro) turmas pela manhã e 04 (quatro) turmas à tarde, atendendo a crianças com idade entre os 04 à 07 anos. A escola tem em Média 200 alunos matriculados.

3.4 – Educação Étnico-Racial na infância: Relato de uma experiência

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de outubro e novembro de 2013. De início foi feita uma visita aos locais para a apresentação da proposta de trabalho. A partir de uma conversa informal com as Gestoras responsáveis pelas instituições a proposta foi “apreciada” e aprovada. No mesmo momento as professoras das turmas de Educação Infantil foram chamadas, apresentadas a proposta de trabalho, logo em seguida foi entregue um questionário, onde as mesmas deveriam responder como era o trabalho que realizavam com o conteúdo da história e cultura afro-brasileira e africana. Com o retorno marcado aos estabelecimentos para a semana seguinte, ficou acertado que na oportunidade os questionários seriam recolhidos e realizaríamos uma conversa informal (entrevista) com as professoras a fim de detectar algum tipo de dúvida que possam ter tido referente ao questionário aplicado.

Após receber os questionários foi feita a leitura, as respostas foram tabuladas, comparadas e analisadas. Este resultado parcial permitiu-nos detectar quais professoras se aproximavam da proposta de estudo da pesquisa e a quais estabelecimentos de ensino pertenciam. É importante ressaltar que algumas professoras não responderam as questões abertas de forma satisfatória, por exemplo: quando perguntadas sobre a concepção destas sobre a importância de trabalhar com a temática e se esta contribuía para promoção do desenvolvimento das crianças e nas suas relações com o outro (Questão 11), a resposta limitou-se a um mero: “Sim”.

Todavia, todos os questionários foram utilizados para formar o banco de dados que permitiu a avaliação quantitativa, apresentada nos 06 (seis) gráficos contidos neste capítulo. Estes dados foram fundamentais para revelar que na educação infantil ainda não se trabalha a temática ou se trabalha apenas nas datas comemorativas.

A partir deste resultado parcial verificou-se que apenas as professoras da Escola Manoel Machado da Nóbrega trabalhavam com a temática da história e cultura afro-brasileira na Educação Infantil. Definimos, a partir dos dados coletados, que a pesquisa seria realizada com duas professoras desta escola, respectivamente, as que ministravam aulas nas turmas do Pré I e Pré II. Posteriormente, a medida que a observação e as entrevistas aconteciam, terminamos estabelecendo um canal maior de comunicação com a professora do Pré I. Algumas das falas dessa professora serão expostas ao longo da apresentação dos resultados, todavia sua identidade será preservada e a identificação se dará mediante o uso do termo: “Profa. Pré I”. Inclusive, em decorrência da acessibilidade, terminou esta sendo a professora escolhida para a observação da prática.

Assim, retornamos à Escola Manoel Machado de Nóbrega para realizar a observação e conversar em busca de maiores detalhes com a Profa. Pré I a fim de saber como as crianças de sua turma se relacionavam com a cultura afro-brasileira e o preconceito com colegas e pessoas negras.

3.4.1 – Massaranduba: a educação étnico-racial em números

Um dos objetivos da pesquisa era recolher dados que pudessem subsidiar a compreensão do ensino da história e cultura afro-brasileira na educação infantil no município de Massaranduba. Para tanto, foram aplicados 12 questionários para 12 professoras que atuam

na Educação Infantil em 03 estabelecimentos de ensino, a saber: uma Creche e duas Escolas de Educação Infantil.

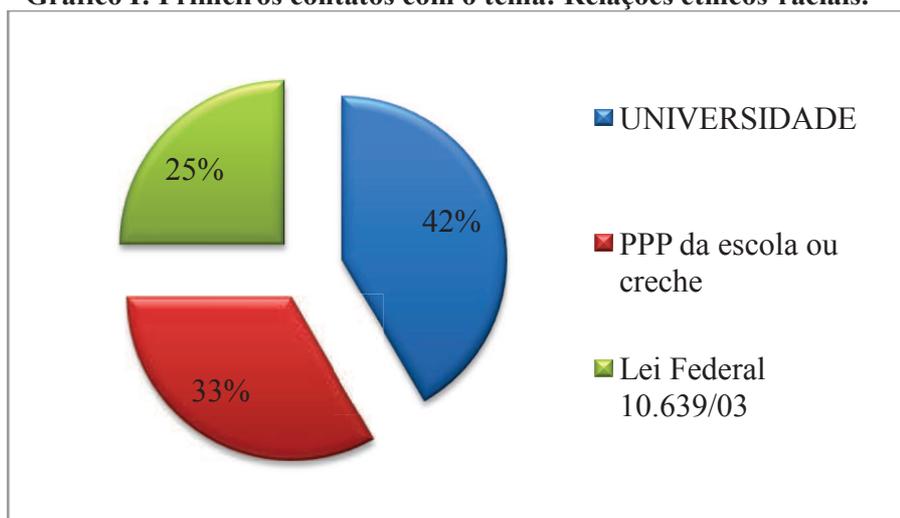
Os dados coletados tratavam sobre trabalho das professoras com a temática e sobre como os alunos se relacionam com a diferença racial (no caso com pessoas e colegas negros), verificar se o Projeto Político Pedagógico dos estabelecimentos de Educação Infantil selecionados tinham a história e cultura afro-brasileira em seu programa de trabalho, a frequência do trabalho realizado e se este era feito de forma contínua. Após a análise dos mesmos chegamos aos resultados que serão apresentados a seguir.

A primeira questão do questionário fazia a seguinte indagação: **Quais foram seus primeiros contatos com a temática Educação para as Relações Étnico-raciais?**

Todas as respostas apontaram positivamente para sim, sendo que os números indicaram a universidade como principal ambiente deste primeiro contato, como é possível verificar na disposição dos dados no Gráfico I.

Esta informação confirma que cabe aos cursos de formação inicial (as universidades) garantir a formação dos professores para a Educação para as Relações Étnico-raciais, partindo do pressuposto que esse tema será de profunda importância para a prática docente a medida que permitirá o aperfeiçoamento das aulas voltadas para a etnicidade e a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira na escola. O que, por sua vez, garantirá também o contato das crianças com essa nova proposta de educar para a diversidade. Talvez esta nova proposta de formação, aliada a formação continuada e as imposições legais, estejam contribuindo verdadeiramente para que nos estabelecimentos de ensino de Educação Infantil aos poucos também se comece a aderir à temática, estabelecendo assim, desde cedo a percepção das diferenças raciais e da necessidade de respeitar o outro por ele mesmo.

Gráfico I: Primeiros contatos com o tema: Relações étnico-raciais.



Fonte: SILVA, Eva Dino do Nascimento. Pesquisa de Campo – 2013.

A segunda questão perguntava: **Qual sua proximidade com a lei federal 10.639/03 (que incluir a cultura Afro-brasileira e Africana no ambiente escolar)?**

Como é possível observar no Gráfico II, a maior parte das professoras questionadas respondeu que conhecem a lei, o que supostamente indica que as mesmas sabem da importância da implementação da Lei 10.639/03, ou seja, do ensino de história e cultura afro-brasileira para a formação das crianças, de acordo com as orientações postas nos objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) quando afirma que trabalhar este conteúdo permitirá a criança:

Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 2001, p.6).

Inclusive, foi esta discussão que norteou a construção do capítulo II desse trabalho: mostrar que a inserção de um conteúdo que trate sobre as raízes do povo brasileiro promoverá a valorização da cultura africana e afro-brasileira.

No caso das professoras que responderam ainda ter pouco conhecimento sobre o assunto. Cabe aos órgãos “competentes”, a exemplo das Secretarias de Educação, cientes da obrigatoriedade de trabalhar a cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de

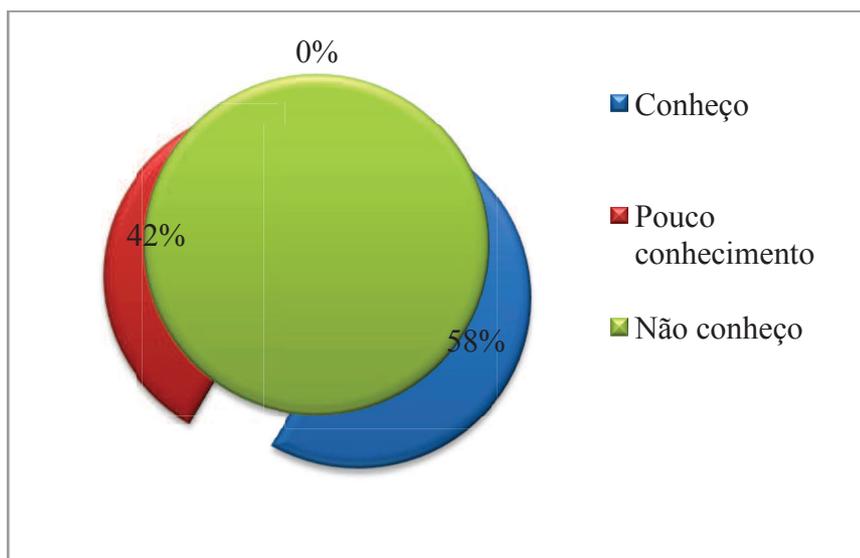
ensino, promover Formação Continuada para esses professores que ainda não se sintam seguros para trabalhar tal tema. Assim como estabelecido na forma da lei:

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, **com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas**, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004.

§ 1º Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim **como proverão as escolas, professores e alunos, de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação** tratada no “caput” deste artigo.

§ 2º **As coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores** concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares (BRASIL, 2004, p.32). (Grifos nossos).

Gráfico II: Qual sua proximidade com a Lei Federal 10.639/03.



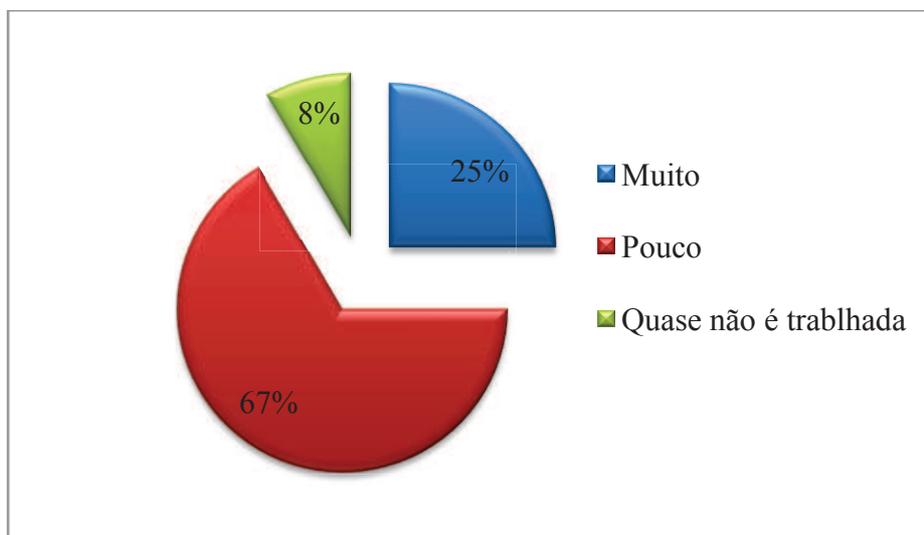
Fonte: SILVA, Eva Dino do Nascimento. Pesquisa de Campo – 2013.

A questão seguinte, complementar a anterior, perguntava as professoras: **O Projeto Político Pedagógico da creche/escola atualmente inclui o trabalho para as relações étnico-raciais?** Estas deveriam optar entre “sim” ou “não”. 100% das professoras questionadas afirmaram que os estabelecimentos de ensino trazem em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) o trabalho com a Diversidade as Relações Étnico-raciais, a cultura afro-brasileira. A partir dessa resposta é possível levantar a hipótese que o tema é trabalhado nos estabelecimentos de ensino da educação infantil, já que consta no PPP. Considerando que o

Projeto Político Pedagógico, assim como mostramos no capítulo I, é um plano de ações, orientador, a partir do qual as instituições definem metas a serem cumpridas com relação à aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. Inclusive consta das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2010) a determinação de inserção da educação étnico-racial como parte do conteúdo a ser trabalhado neste nível de ensino, de modo a ampliar desde cedo o conhecimento sobre o tema e viabilizar a promoção da igualdade racial.

Mesmo o Projeto Político Pedagógico dos estabelecimentos de ensino voltado para a Diversidade, as Relações Étnico-raciais e com a cultura Afro-brasileira nas salas de aula da Educação Infantil ainda é pouco trabalhada. Por exemplo: quando as professoras foram questionadas sobre **a frequência das atividades com a cultura afro-brasileira em sala**, o resultado das respostas foi impactante: praticamente 75% das entrevistadas não trabalham a temática com a frequência devida (ver Gráfico III). Essa vai de encontro ao que consta nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas pesquisadas, já que lá está dito que deve ser desenvolvido um trabalho voltado para o tema, e deve ser contínuo e/ou adaptado a outros temas.

Gráfico III: Frequência dos trabalhos com a cultura afro-brasileira



Fonte: SILVA, Eva Dino do Nascimento. Pesquisa de Campo – 2013.

Neste sentido, caberia as “entidades mantedoras” acompanhar a execução dos planos pedagógicos estabelecidos para cada ano letivo e verificar o porquê do descumprimento dos mesmos. Principalmente quando se está ciente da importância de trabalhar esse tema também na educação infantil, onde as propostas pedagógicas devem respeitar princípios (Éticos, Políticos, Estéticos) possibilitando que as crianças sejam capazes de agir com solidariedade,

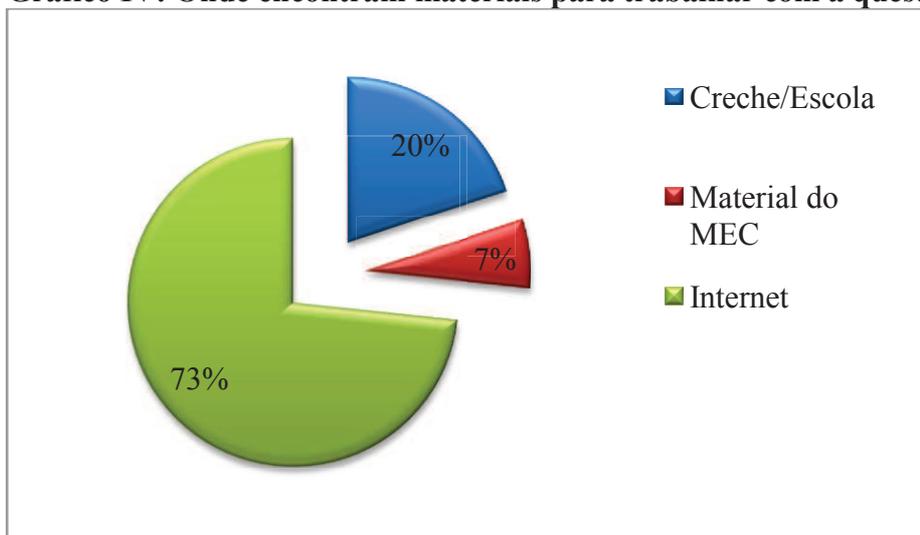
respeito a si, ao outro, as diferentes culturas, identidades, que possam ter liberdade de expressão, conhecer e aproximar-se de diferentes manifestações artísticas e culturais.

De modo geral, é possível afirmar que as professoras mostram-se interessadas no tema, porém a aproximação com o novo sem uma segurança com os conteúdos relativos à história e cultura africana e afro-brasileira podem ser o motivo da ausência do trabalho contínuo. É preciso considerar também, como mostra o Gráfico II, que 42% das entrevistadas tem pouco conhecimento referente a Lei 10.639/03, podendo esse ser um dos impedimentos para que o trabalho seja contínuo e significativo nos estabelecimentos de Educação Infantil da cidade de Massaranduba.

O gráfico IV mostra onde as professoras de Educação Infantil encontram materiais para trabalhar a história e cultura africana e afro-brasileira. As respostas mostram que nas escolas não se dispõe de material suficiente para trabalhar as questões raciais e a cultura afro-brasileira não estão sendo divulgados e/ou distribuído na rede municipal da cidade de Massaranduba, pois existem materiais distribuídos pelo MEC onde trazem orientações de trabalho para cada fase da educação, da Educação Infantil ao Ensino Médio. A pesquisa de Campo (observação) permitiu constatar que em apenas uma das escolas existe material suficiente. Explicando porque 73% das professoras conseguem encontrar material e atividades para trabalhar apenas em sites da internet. O que termina conduzindo a um outro questionamento: por que o abundante material distribuídos pelo MEC não está chegando ao município Massaranduba?

Ainda fica um outro questionamento: caso os estabelecimentos de Educação Infantil da cidade dispusessem de materiais suficientes e adequados para o trabalho com a cultura afro-brasileira, esse trabalho seria contínuo?

Gráfico IV: Onde encontram materiais para trabalhar com a questão racial.

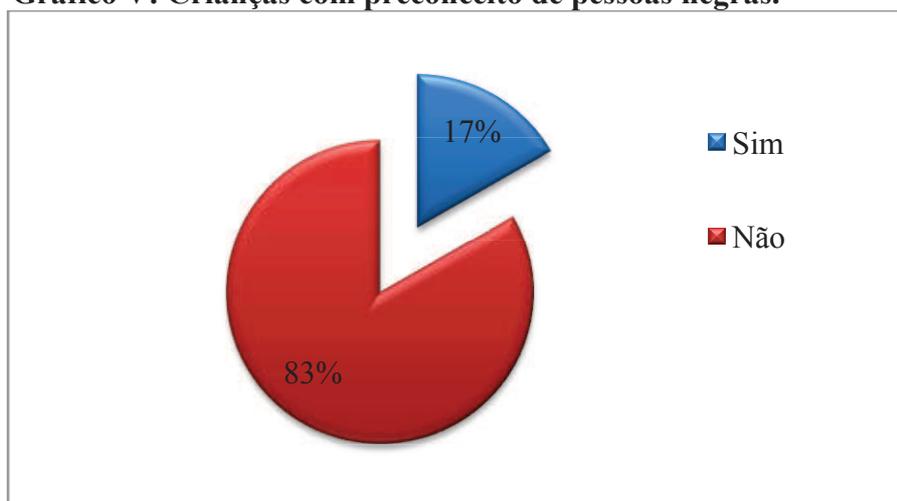


Fonte: SILVA, Eva Dino do Nascimento. Pesquisa direta – 2013.

As crianças de sua turma apresentam algum tipo de preconceito contra Pessoas Negras? Era a pergunta de número 7. Como mostra o Gráfico V, dentre as entrevistas, 83% respondeu que “não”, mesmo que curiosamente a observação tenha revelado que a maior parte das crianças são negras e pardas. Dos 17% das entrevistas que responderam haver “sim” atitudes de preconceito, apenas uma delas disse ter identificado alguns tipos de práticas preconceituosas em sala de aula, a saber: *“nas brincadeiras de roda não pegam nas mãos, procuram sentar longe e evitam relações, até quebrarem o preconceito no decorrer do ano letivo”* (Profª. Pré I). Mostrando assim a grande importância de trabalhar desde a Educação Infantil atividades com a história e cultura afro-brasileira, ajudando assim a afastar o preconceito e a discriminação ainda existentes nas escolas.

O capítulo II desse trabalho trouxe a discussão do preconceito racial em sala de aula e a importância de trabalhar a cultura afro-brasileira, como uma medida de combater o preconceito e enfrentar o racismo ainda contido nas escolas brasileiras. Ao longo do texto mostramos que vários documentos, dentre estes as orientações curriculares para a educação étnico-racial (especificamente: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais) que traz direcionamentos para os professores trabalharem de forma correta a temática possibilitando a promoção de uma educação de qualidade baseada na valorização do outro. Nestas Diretrizes está dito que “A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados” (Brasil, 2004).

Gráfico V: Crianças com preconceito de pessoas negras.

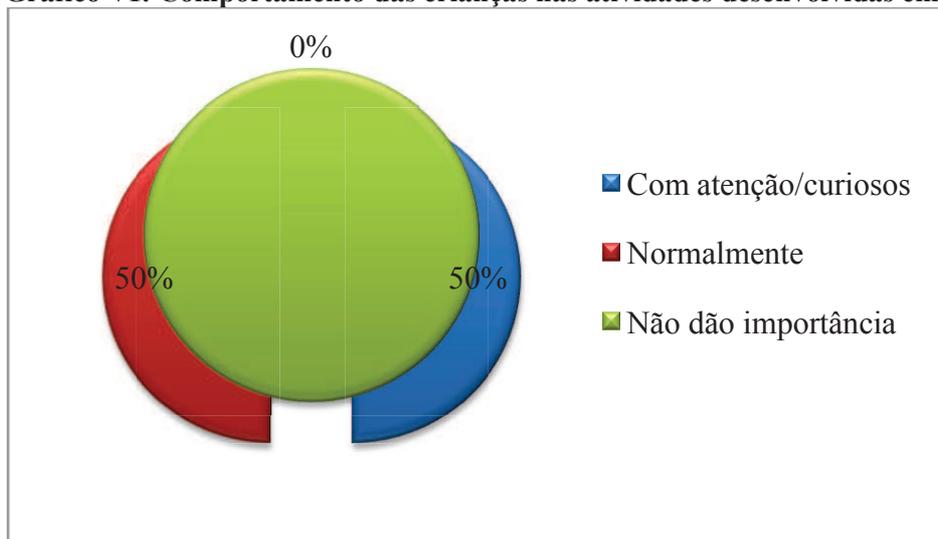


Fonte: SILVA, Eva Dino do Nascimento. Pesquisa de Campo – 2013.

Desse modo, reafirmamos (ver capítulo II item 2.3, p. 45): que a escola é um espaço privilegiado para a promoção da igualdade e a eliminação de toda forma de discriminação e racismo, e para isso os professores devem trabalhar com materiais adequados que possibilitem a compreensão do aluno para com a diversidade, as discussões e práticas pedagógicas quando bem elaboradas são capazes de combater as injustiças e preconceitos.

Em se tratando da Educação Infantil é fato que os pequenos já são capazes de adquirir conhecimentos sobre diversidade, etnicidade e valores. Cabe aos professores da Educação Infantil trazer conteúdos e atividades que chamem a atenção das crianças para a diversidade e distintas possibilidades de ser gente. São medidas necessárias que devem ser tomadas com relação a educação infantil voltadas para estabelecer uma relação de respeito entre todos os diferentes. Nesse sentido, a formação e preparação dos professores que atuam na Educação Infantil em relação a temática afro-brasileira e africana é essencial e indispensável, tanto para aprofundar-se nos conteúdos, como na metodologia e atividades referentes a temática em discussão. O Gráfico VI revela que as crianças, 50% delas, demonstram interesse e curiosidade em relação as atividades referentes à cultura afro-brasileira e as demais (50%) se comportam normalmente.

Gráfico VI: Comportamento das crianças nas atividades desenvolvidas em sala de aula



Fonte: SILVA, Eva Dino do Nascimento. Pesquisa de Campo – 2013.

Todas as professoras da Educação Infantil da cidade de Massaranduba, PB afirmam que trabalhar com as questões raciais e a cultura afro-brasileira contribui para o desenvolvimento das crianças e suas relações com o outro, pois desde os anos iniciais as crianças já são capazes de tratar as pessoas de forma diferente, seja por cor, sexo e até tipo físico. Abaixo algumas frases das professoras que participaram da pesquisa, onde relata à importância de se trabalhar a cultura afro-brasileira na educação infantil. O nome das professoras será omitido para preservar suas identidades, desse modo utilizaremos apenas siglas para identificá-las.

- *“Temos que incentivar as crianças a amar o próximo sem separar por qualquer situação: raciais, financeiras ou até mesmo política” (MLS).*
- *“É importante mostrar aos alunos que somos todos diferentes na aparência” (GAT).*
- *“Desde as séries iniciais devemos trabalhar o respeito, e as desigualdades” (AERM).*
- *“É muito importante trabalhar a cultura afro-brasileira logo cedo nas escolas porque é de pequeno que se forma pessoas sem preconceito, e respeitando as diferenças” (RVSM).*

As opiniões acima encontram respaldo teórico nos documentos que tratam sobre a educação étnico-racial, mostrando que o reconhecimento e “(...) a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o

combate ao racismo e à discriminação” (BRASIL, 2010, p. 21). na Educação Infantil permitirá que estas percebam que

(...) a diversidade não significa negar a existência de características comuns, nem a possibilidade de constituirmos uma nação, ou mesmo a existência de uma dimensão universal do ser humano. [Que no caso do Brasil, a] Pluralidade Cultural quer dizer a afirmação da diversidade como traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano (BRASIL, 2001, p.19).

3.5 - Análise dos resultados

Como mencionado anteriormente, a inserção da Educação Étnico-racial na Educação Infantil vem para aproximar as crianças das relações com as diferenças e que essas diferenças são sinônimo da pluralidade que faz a população brasileira ser tão cultural e biologicamente diversa. Esta proposta de educação possibilitará afastar tratamentos preconceituosos e combater a discriminação racial no interior dos estabelecimentos de ensino da Educação Infantil.

Em 17 de dezembro de 2009 foi promulgada a Resolução nº 5 que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Em seu Artigo 3º está dito:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2010, p. 1).

Além desta determinação as Diretrizes para Educação Infantil trazem muitas indicações de que a questão étnico-racial já deve ser contemplada na 1ª infância. No Artigo 8º, que remete para os objetivos da proposta pedagógica, está posto que deve-se garantir à criança o acesso a conhecimentos e formas de aprendizagem que permitam:

VIII - a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;
IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação (BRASIL, 2009, p.3).

Continua mais adiante, afirmando no Artigo 9º, que as práticas pedagógicas que compõem a estrutura curricular da Educação Infantil devem ter como Norte eixos que “(...) VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade” (BRASIL, 2009, p. 4).

Foi em busca da verificação de como as diretrizes e orientações curriculares nacionalmente instituídas estavam sendo colocadas em prática na Educação Infantil que nos dirigimos a Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Manoel Machado da Nóbrega. Como já anunciado anteriormente, a ideia era verificar se o Projeto Político Pedagógico do estabelecimento selecionado tinha a história e cultura afro-brasileira em seu programa de trabalho, a frequência do trabalho realizado, se este era feito de forma contínua e observar como os alunos se relacionavam com a diferença racial (no caso com colegas negros e outras pessoas: professores, funcionários, ...).

A observação constituiu a segunda etapa da pesquisa. O procedimento nos permitiria tanto confrontar os resultados obtidos com a aplicação dos questionários quanto coletar novas informações (adicionais). Desse modo, para colocar em prática a observação realizamos uma visita à escola para identificar “sinais” de atividades que revelassem como a temática da história e cultura africana e afro-brasileira era trabalhada na escola e se acontecia de forma contínua. Esta visita ocorreu no dia 20 de novembro de 2013 e no período da tarde. Naquele momento a escola estava em verdadeira “ebulição” visto está previsto a culminância das atividades realizadas na semana da consciência negra. Independente disto, pela disposição e quantidade de cartazes alusivos a questão étnico-racial colados nas paredes dos corredores e salas de aula realizadas nos bimestres anteriores, a primeira vista já ficava evidente que toda escola trabalhava a temática de modo contínuo e ao longo do ano.

Naquele momento professoras e alunos estavam reunidos para as apresentações de várias atividades que foram trabalhadas durante o ano letivo de 2013: danças, cartazes, desfile de crianças negras.

Após as apresentações as crianças voltaram para a sala, nesse momento podemos ter uma conversa com a Professora do Pré I, apesar de informal a entrevista estava orientada por um roteiro com questões semiestruturadas. As salas de aula das turmas do Pré I e Pré II estavam ornamentadas com atividades referentes à África, a exemplo das bandeiras africanas e também algumas palavras africanas presentes no vocabulário brasileiro. As imagens abaixo

retratam algumas das atividades realizadas nas turmas que estavam expostas nos corredores e nas salas de aula.



Foto I: Bandeiras Africanas

Fonte: Eva Dino. Pesquisa de Campo - 2013.



Foto II: Palavras de origem Africana.
Fonte: Eva Dino. Pesquisa de Campo - 2013.

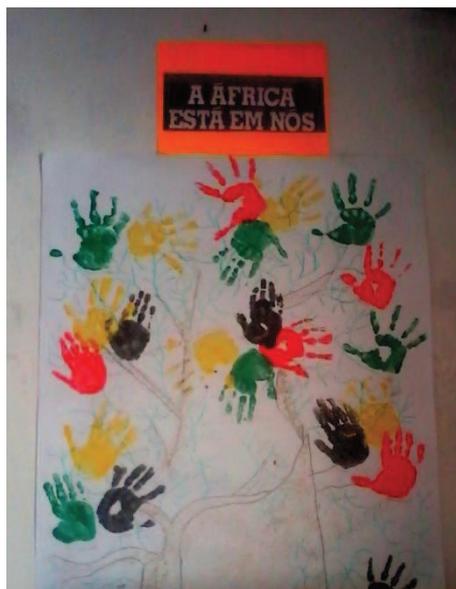
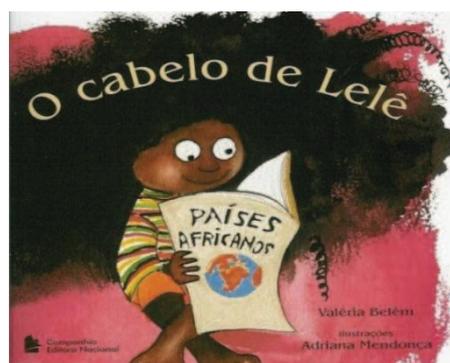
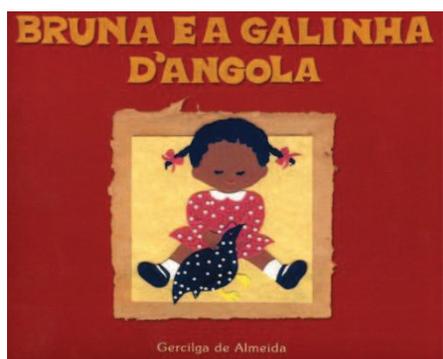


Foto III: A África está em nós.
Fonte: Eva Dino. Pesquisa de Campo – 2013

Como já dito mais acima, o trabalho realizado na escola objeto da observação ocorre durante todo o ano letivo, com todas as turmas, porém a observação revelou que apenas duas professoras dentre as pesquisadas trabalhavam com a temática de forma frequente. Inclusive, a escola escolheu como tema do desfile cívico de 2013 a questão étnico-racial. O título do desfile foi: “Sementes Africanas”. O objetivo era aproximar, de fato, as crianças da cultura afro-brasileira e africana, o desfile de 07 de setembro veio mostrando a cultura afro-brasileira em diversos temas: samba, capoeira, contos infantis, comidas típicas, etc.

Após o primeiro contato, em 20 de novembro, foi marcada uma nova visita ao estabelecimento para conversar com a professora do Pré I. Com a observação inicial pode ser verificado que a mesma faz um trabalho de valorização da cultura africana e afro-brasileira. Disse-nos a professora em nossa conversa que ao longo de todo o ano trabalha de forma contínua com as crianças. Os dados apresentados a seguir resultam da observação realizada ao longo de 02 (dois) dias dedicados as atividades com a cultura afro-brasileira e africana. Nos dias observados a temática foi trabalhada a partir da contação de histórias infantis que trazem personagens negros, que segundo a mesma, estão sempre presentes na rotina de atividades das crianças. Nas paredes da sala de aula estavam afixados cartazes de algumas histórias contadas com base nos livros abaixo: “Bruna e a Galinha D’angola” e “Cabelo de Lelê”.



De acordo com a professora, após ouvir as histórias desses livros acima, as crianças faziam a releitura em cartazes – sempre orientados pelas professoras. As fotos abaixo mostram os cartazes que resultaram da releitura do livro “Bruna e a Galinha D’angola”. A foto a direita mostra uma das crianças da turma do Pré I realizando a atividade com o auxílio da sua professora: pinta o desenho de sua mão para representar a “Galinha D’angola”.



Foto IV: Bruna e a Galinha D’angola.

Fonte: Eva Dino. Pesquisa de Campo - 2013.

A próxima figura mostra uma página do livro: O Cabelo de Lele. Essa história apresenta uma ótima possibilidade de mostrar a identidade do povo africano, onde Lele em seus cabelos cacheados encontra um livro que fala da origem do povo africano, desde já fazendo um resgate da história africana e mostrando uma proximidade com a cultura Brasileira. Esse livro mostra também a aceitação de uma criança negra com seus cabelos cacheados, onde de início não se identificava até se aproximar da sua história, e a partir disso amar o que tem. Como também mostra que seu amigo no fim da história, passa a amar Lele do jeitinho que ela é afastando todo preconceito que poderia existir na relação de amizade de um menino branco com uma menina negra. Mais abaixo, após a figura de uma página do

Livro O Cabelo de Lelê, uma foto do cartaz mostra a representação do cabelo de Lelê produzido pela turma do Pré II.



Foto V: O cabelo de Lelê Fonte: Eva Dino. Pesquisa de Campo – 2013.

Após um trabalho contínuo com histórias, as bandeiras e outras atividades, a mesma professora diz notar ao longo do ano que as crianças já começam a se reconhecerem como pessoas negras, a identificar familiares negros, e a admirar personagens nas histórias contadas, como também artistas de televisão, mas para isso o trabalho deve começar com os pequenos,

desde a Educação Infantil, e ser um trabalho contínuo. O que comprova a importância de começar a trabalhar esta questão na primeira infância, pois como podemos observar como as crianças da Educação Infantil já são capazes de tratar as outras pessoas de forma preconceituosa, mesmo sendo seus colegas de sala, afastando-se dos colegas negros, excluído das brincadeiras e rodas de conversa. A professora do Pré I, em sua fala, reconhece que quando as crianças chegam a escola já trazem o preconceito racial tão inserido nas crianças que diz: “*ser uma coisa de sangue*”. Por esse motivo procura trabalhar durante o ano todo com a cultura afro-brasileira, tentando assim quebrar conflitos raciais entre as crianças.

A necessidade de trabalhar com a Diversidade no âmbito escolar não tem classe ou tempo. A exclusão, a discriminação e o número de crianças que sofrem preconceitos pela cor de sua pele ainda é grande nas escolas, e ainda vem crescendo diariamente em toda sociedade, e assim causando danos muitas vezes irreparáveis. As Crianças negras e de classes desfavorecidas ainda são as maiores vítimas de preconceito na escola.

O trabalho com a história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de Educação Infantil da cidade de Massaranduba ainda é pouco trabalhado, com resultados positivos apenas em uma escola, onde tem um trabalho contínuo com o tema, enquanto nos outros dois estabelecimentos pesquisados pouco se trabalha. Todavia, nos Projetos Político Pedagógico desses estabelecimentos consta a temática da cultura afro-brasileira como parte integrante do trabalho. O fato de não trabalharem permite que as mesmas deixem de lado uma oportunidade impar de formar cidadãos livres de preconceito contra pessoas negras, sabendo que o trabalho com a cultura afro-brasileira é uma medida de grande importância para combater esse preconceito contra os negros, preconceito esse que ainda está inserido em nossa sociedade e é transmitido para nossas crianças.

As professoras conhecem a Lei 10.639/03, mostrando que as universidades estão trazendo estudos voltados para a diversidade, às relações étnico-raciais e a cultura afro-brasileira, mesmo assim, ainda não se sentem seguras para trabalhar a fundo com o tema, mostrando a necessidade de oferecer formação continuada para os professores trabalharem com a temática de forma mais segura. Outro aspecto que torna a situação mais complicada, segundo as professoras pesquisadas, é não terem acesso aos materiais necessários para trabalhar, mesmo que saibamos que o número de materiais disponibilizados pelo Ministério da Educação para o trabalho com a história e cultura africana e afro-brasileira nos estabelecimentos de educação vem aumentando a cada dia.

Na verdade, cabe a Secretaria de Educação do município disponibilizar um suporte material aos estabelecimentos de ensino, onde possam suprir as necessidades de ensino aprendizagem, e assim fazendo com que as professoras se sintam mais seguras para trabalhar com o tema na Educação Infantil.

O início da infância é uma fase importante e também decisiva para a educação e a formação das crianças. Uma educação que promova a reflexão, a crítica e a troca de experiências é fundamental, pois a troca de ideias e a convivência com “o diferente” são capazes de transformar o mundo. Assim, trabalhar a cultura afro-brasileira é fundamental para o desenvolvimento das crianças, como afirmam 100% das professoras questionadas.

Trabalhar a cultura africana e afro-brasileira na educação infantil é estimular o desenvolvimento, a identidade, a autoestima, e a cidadania. Cabe à escola Desenvolver práticas educativas para que essa formação aconteça, e oferecer oportunidades para que a aprendizagem seja adquirida de forma significativa, prazerosa e que leve as crianças a serem cidadãos livres de preconceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 5º - Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de frequentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

BRASIL, Resolução 01/2004.

Após o término da pesquisa e dos resultados observados o compromisso com a proposta de educação étnico-racial tornar-se mais forte, tanto pelo que significa, para um país multiétnico uma formação baseada no reconhecimento dessa pluralidade, quanto por constatar que trabalhar o tema na Educação Infantil é possível e que os resultados são gratificantes.

A educação étnico-racial é uma proposta de educar comprometida também em formar cidadãos conscientes e livres de preconceito e capazes de conviver e relacionar-se de forma harmoniosa com os demais. A partir da pesquisa foi possível constatar que trabalhar esta temática na Educação Infantil é necessário e de grande importância a medida que desde muito cedo desperta as crianças para uma nova perspectiva de relacionar-se com a diversidade étnico-racial e com a história e cultura africana e afro-brasileira.

Levar para as salas de aulas da Educação Infantil esta temática, inserindo-a a partir do uso de materiais atrativos de modo a tornar o conteúdo interessante, tornará possível desenvolver nas crianças, de forma mais prazerosa, uma postura respeitosa em relação a aceitação do outro – negro ou não negro. Para tanto, aproximar as crianças do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil é imprescindível para promoção do conhecimento e da valorização da herança afro.

Na prática da escola observada, apesar do tempo curto, podemos perceber o trabalho desenvolvido, realizado de forma contínua, tem produzido excelentes resultados como a temática faz parte do Projeto Político Pedagógico da escola, assim há todo um planejamento voltado para o trabalho com a história e cultura africana e afro-brasileira durante todo o ano letivo. Lamentavelmente, todas as escolas não dispõem de materiais adequados para trabalhar a temática étnico-racial na Educação Infantil, mesmo assim, de tudo que foi possível observar o esforço das professoras em colocar em prática a proposta.

Algo é certo, o trabalho de investigação que realizamos veio comprovar que se nas escolas de Educação Infantil ainda não se trabalha tanto com a temática étnico-racial, isto

ocorre por várias razões: desde a falta de materiais adequados ao público específico ao desconhecimento de metodologias apropriadas. E dentre os obstáculos que mais inviabilizam o processo de implementação da temática, a falta de formação (inicial e continuada) das professoras e o descaso dos responsáveis institucionais é um dos impedimentos mais significativo. Desse modo, ressaltar, que cabe aos responsáveis pelo sistema de ensino municipal, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, como estabelecido na Resolução 01/2004, promover o aprofundamento de estudos e a formação continuada, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos e projetos voltados para o desenvolvimento do conteúdo em questão.

O trabalho de pesquisa que realizamos nas escolas da cidade de Massaranduba-PB que oferecem Educação Infantil, não tinha a pretensão de encontrar “lacunas” em relação a inserção da questão étnico-racial, ao contrario o que pretendíamos de fato era observar e apresentar os possíveis acertos a partir das práticas que possam contribuir para um trabalho eficaz. Ao mesmo tempo compreender as causas que dificultam a inserção da temática na Educação Infantil.

Com esta pesquisa constatamos que as crianças da Educação Infantil já são capazes de tratar as pessoas negras de forma diferenciada, e a partir do momento que a escola busca mostrar uma valorização com a cultura africana e afro-brasileira as crianças serão capazes de também reconhecer, se identificarem e valorizar essa cultura presente na formação do povo brasileiro, como também manter um bom relacionamento com pessoas negras do seu cotidiano.

A prática investigativa nos proporcionou uma visão ampla a respeito de crianças da Educação Infantil com relacionamento preconceituoso com colegas e pessoas negras do seu convívio, levando-nos a constatar que mesmo sendo crianças são capazes de tratar as pessoas negras de forma diferente dos demais. Diante desse quadro ao analisarmos essas questões referentes ao preconceito em sala de aula, confirmamos as suposições destacadas pelos textos do nosso referencial teórico.

Para que essa proposta pedagógica realmente seja efetivada é necessário se fazer uma aproximação de maneira que desde a Educação Infantil as propostas relativas à história e cultura africana e afro-brasileira seja inserida de fato no cotidiano da Educação Infantil e assim sejam aprimoradas no Ensino Fundamental. Desse modo, precisamos elaborar propostas significativas que considerem além de materiais adequados para o trabalho - que viabilizem a promoção de uma prática pedagógica compatível: jogos, brincadeiras, contação

de histórias e contos etc. Todavia, além dispor de materiais que para subsidiar o trabalho das professoras, promover também à formação continuada para os professores da Educação Infantil, já que estas ainda não se sentem seguros em trabalhar com o tema. Essas novas práticas pedagógicas poderão facilitar as estratégias de promoção da igualdade racial na Educação Infantil.

Concluir dizendo que a educação étnico-racial deve ser incentivada em todos os estabelecimentos de ensino independente da faixa etária dos alunos. É necessário lembrar que ainda precisamos avançar muito, a medida que esse trabalho permitiu apenas de um mergulho superficial, mas elucidativo sobre a educação étnico-racial junto à história e cultura africana e afro-brasileira nas salas de aula da Educação Infantil.

Esperamos que esse estudo possa contribuir, no mínimo, para a reflexão de todos aqueles envolvidos com a Educação Infantil e comprometidos com a formação de uma sociedade melhor. A importância dessa temática é para além do reconhecimento da contribuição do povo negro na sociedade brasileira, vem para afastar as práticas de preconceito e racismo ainda existentes em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil. de 5 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 8069. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). de 13 de julho de 1990.

_____. Lei Federal nº 11.645/08 in Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

_____. Lei Federal nº 10.639/03 in Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

_____. Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). de 26 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade cultural/Orientação sexual. 3ª edição. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001. Volume 10.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas. Brasília, 2004: Conselho Nacional de Educação.

_____. Ministério da Educação/Secad. 2004 Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.

_____. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. MEC, SECAD, Brasília, setembro, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010.

CAMPINA GRANDE. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 08/2010. Campina Grande, CME, 2010.

DEMO, Pedro. Pesquisa Praticidade – Saber pensar e intervir juntos. 2ª edição. Brasília: Líber Livro, 2008. (Série Pesquisa, V. 8).

KUHLMANN Jr. Moysés. Infância e educação infantil. Uma abordagem histórica. Porto Alegre; Mediação, 1999.

KUHLMANN, Jr. Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. 4ª edição. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, preconceito e discriminação. In: Superando o Racismo na escola. MUNANGA, Kabengele (Org.). 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 185-204.

MOREIRA, A.F. & CANDAU, V.M. (2003). Educação escolar e culturas: construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, n.23, mai.-ago.

MOREIRA, A.F. & CANDAU, V.M. Multiculturalismo, Diferenças culturais e práticas Pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948. Disponível em: < http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm >. Acesso em: 20 jan. 2012

Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagem para a educação étnico-racial na educação infantil, ensino fundamental e médio / Secretaria Municipal de Educação – São Paulo : SME / DOT, 2008

PARAÍBA. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Regulamentação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” e da “História e Cultura Indígena”. Campina Grande, Conselho Municipal de Educação, Promulgada em dia 28 de dezembro de 2010, na sala das sessões do, entra em vigor a Resolução de nº087/2010

UNESCO. Declaração de Princípios sobre a Tolerância. Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 28ª reunião. Paris, 16 de novembro de 1995. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012

APÊNDICE

A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Essa pesquisa será realizada nos estabelecimentos de Educação Infantil da cidade de Massaranduba, com o intuito de contribuir para uma pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso da aluna Eva Dino do Nascimento Silva, estudante do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

O Objetivo é Compreender como os professores de Educação Infantil da cidade de Massaranduba estão trabalhando com as crianças as relações étnico-raciais, à cultura afro-brasileira e o preconceito em sala de aula.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome/ Idade: _____

Profissão: _____

Graduação/ano: _____

Campo de atuação/série: _____

Nome da instituição: _____

Tempo de atuação: _____

QUESTIONÁRIO

1- Quais foram seus primeiros contatos com o tema (relações étnico-raciais)?

- Universidade ()
- Projeto Político Pedagógico da Creche/Escola ()
- Lei federal que inclui a cultura Afro-brasileira nas escolas ()

2- Qual sua proximidade com a lei federal 10.639/03 (Que incluir a cultura Afro-brasileira e Africana no ambiente escolar) ?

- Conheço ()
- Pouco Conhecimento ()
- Não Conheço ()

3- O Projeto Político Pedagógico da creche/escola atualmente inclui o trabalho para as relações étnico-raciais? O trabalho para a diversidade?

- Sim ()
- Não ()

4- Com que frequência é trabalhada a cultura afro-brasileira em sua sala?

- Muito ()
- Pouco ()
- Quase não é trabalhada ()
-

5- Onde você encontra materiais (conteúdos/atividades) que lhe ajudem a trabalhar com a questão racial?

- Creche/escolas ()
- Material do MEC () Qual ? _____
- Internet ()

6- Quantos alunos negros existem atualmente em sua sala de aula? _____

7- As crianças de sua turma apresentam algum tipo de preconceito contra Pessoas Negras?

- Sim ()
- Não ()

8- Em algum momento entre as crianças (atividades, brincadeiras, merenda) foi identificado algum preconceito contra crianças negras?

Ex: Não pegar na mão, não sentar próximo, ou não se relacionar.

9- Qual a importância de se trabalhar com as questões étnico-raciais na educação infantil?

- Muito Importante ()
- Pouco Importante ()
- Não vejo importância ()

10- Como as crianças se comportam nas atividades desenvolvidas em sala de aula?

- Com atenção/Curiosas ()
- Normalmente ()
- Não dão importância ()

11- Na sua concepção, trabalhar com a temática contribui para promoção do desenvolvimento das crianças e nas suas relações com o outro?

Muito agradecida, Eva Dino.
Concluente, Pedagogia-UEPB